

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E  
ECONOMIA - FACE

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANA PAULA FINKLER FIUZA

**A CONTABILIDADE INTERNACIONAL PARA PEQUENAS E MÉDIAS  
EMPRESAS – APLICAÇÃO, DIFICULDADES E AVANÇOS NA  
PERCEPÇÃO DOS EMPRESÁRIOS CONTÁBEIS DE RIO  
BRILHANTE/MS.**

Dourados/MS

2010

ANA PAULA FINKLER FIUZA

**A CONTABILIDADE INTERNACIONAL PARA PEQUENAS E MÉDIAS  
EMPRESAS – APLICAÇÃO, DIFICULDADES E AVANÇOS NA  
PERCEPÇÃO DOS EMPRESÁRIOS CONTÁBEIS DE RIO  
BRILHANTE/MS.**

Trabalho de Graduação II apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Cristiane Mallmann Huppes

Dourados/MS

2010

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos meus pais e ao meu irmão; que sempre estiveram comigo, oferecendo-me apoio, incentivo, amor e carinho incondicional.

Ao meu amado e companheiro, Ailton; por toda a compreensão, sinceridade, amor, paciência e apoio para enfrentar todos os desafios, sem nunca fugir deles.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiro a Deus por todas as bênçãos em minha vida.

Aos meus amigos e pessoas queridas que são muito importantes em minha vida.

À minha orientadora, Cristiane Malmann Huppel, por toda a atenção, sinceridade e parceria para concretização desse trabalho.

A todos os professores e colegas do curso de Ciências Contábeis da UFGD por todos esses anos juntos.

## RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de identificar as dificuldades e avanços encontrados pelos profissionais da área contábil, que atuam em escritórios de Rio Brilhante/MS, diante da necessidade da aplicação do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias empresas – que possuem correlação com as Normas Internacionais de Contabilidade. Para alcançar este objetivo, foram elaborados dois questionários para serem aplicados nos escritórios contábeis de Rio Brilhante/MS. O primeiro questionário, contendo 24 questões foi direcionado ao proprietário do escritório e o segundo questionário, contendo 17 questões foi direcionado aos funcionários (contadores ou técnicos contábeis). Foram abordadas características dos escritórios de contabilidade e dos respondentes, além de questões que contemplam conceitos e exigências do CPC para Pequenas e Médias Empresas. Como resultado verificou-se que apesar da quantidade considerável de Micro e Pequenas Empresas instaladas na cidade de Rio Brilhante/MS (253 no total), quase nenhum profissional da área sabe dizer quais as novas exigências para a realização da contabilidade dessas empresas. Há ainda certa confusão com relação às mudanças trazidas pelo CPC e todos admitem a necessidade de uma capacitação nessa área. Observando as informações obtidas, pode-se concluir que apesar da aprovação e exigência imediata da utilização do CPC para PMEs, são poucos os contadores ou técnicos contábeis que possuem algum conhecimento a respeito desse tema. Isso mostra definitivamente, que é necessário aumentar a quantidade de cursos e treinamentos, pois só assim haverá maior conscientização, não apenas por parte dos profissionais da área contábil, como também dos empresários a respeito da importância das informações obtidas através da correta realização e utilização das demonstrações contábeis.

**PALAVRAS CHAVE:** Contadores ou Técnicos Contábeis. Micro e Pequenas Empresas. CPC para PMEs.

## **ABSTRACT**

This research aims to identify the difficulties and advances found by accounting professionals who work in offices of Rio Brillhante/MS, against the necessity of applying of the Technical Pronouncement for SMEs - Accounting for Small and Medium-Sized Enterprises -, which have correlation with International Accounting Standards. To achieve this goal, were developed two questionnaires to be applied in the accounting offices of Rio Brillhante/MS. The first questionnaire containing 24 questions was directed at the owner's office and the second questionnaire containing 17 questions was directed to the employees (Accountants or Accounting technicians). Were addressed characteristics of the accounting firms and respondents, beyond questions that contemplate the concepts and requirements of the CPC for Small and Medium-Sized Enterprises. As a result was found that despite the considerable amount of Small and Medium-Sized Enterprises located in Rio Brillhante/MS (253 in total) almost any health professional can tell what the new requirements for the implementation of these accounting firms. There is still some confusion about the changes brought by the CPC and all accept the need for retraining. Observing the information obtained, can conclude that despite the approval and immediate requirement of the use of CPC for SMEs, few Accountants or Accounting Technicians who have some knowledge about this subject. This definitely shows that it is necessary to increase the amount of courses and training, because only then there will be greater awareness, not only by accounting professionals, but also the entrepreneurs about the importance of information obtained through the correct implementation and use of Financial Statements.

**KEYWORDS:** Accounts or Accounting Technicians. Small and Medium Size Enterprises. CPC to SMEs.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS CONFORME SEU PORTE.....	28
FIGURA 2 – QUANTIDADE DE EMPRESAS QUE SE CLASSIFICAM COMO PMEs.....	31
FIGURA 3 - PORTE DAS EMPRESAS OBJETO DE PESQUISA.....	31
FIGURA 4 – RAMO DE ATUAÇÃO DAS PMEs.....	32
FIGURA 5 – REGULARIDADE NO ENVIO DE DOCUMENTOS AOS ESCRITÓRIOS.....	32
FIGURA 6 – FREQUENCIA DE DISPONIBILIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ÀS PMEs.....	33
FIGURA 7 – TIPOS DE DEMONSTRAÇÕES DISPONIBILIZADAS.....	33
FIGURA 8 – RELÁTÓRIOS COM FREQUÊNCIA ALTA DE SOLICITAÇÕES.....	34
FIGURA 9 – RELATÓRIOS COM MÉDIA FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES.....	34
FIGURA 10 – RELATÓRIOS QUE SÃO SOLICITADOS COM POUCA FREQUÊNCIA.....	35
FIGURA 11 - NÃO HÁ FREQUENCIA ALGUMA COM RELAÇÃO À SOLICITAÇÃO DE RELATÓRIOS.....	35
FIGURA 12 – CONCEITO DE ATIVO.....	36
FIGURA 13 – CONCEITO DE PASSIVO.....	37
FIGURA 14 – CONCEITO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	37
FIGURA 15 – CONCEITO DE RECEITA.....	38
FIGURA 16 – CONCEITO DE DESPESA.....	38
FIGURA 17 – CONCEITO DE GANHO.....	39
FIGURA 18 – CONCEITO DE PERDA.....	39
FIGURA 19 – DEMONSTRAÇÕES OBRIGATÓRIAS A PARTIR DE JANEIRO DE 2010.....	40
FIGURA 20 – AS NOVAS EXIGÊNCIAS CONTÁBEIS COMO UMA FORMA DE DEMONSTRAR A ENTIDADE COMO UM NEGÓCIO SAUDÁVEL E COMPETITIVO TANTO NO BRASIL QUANTO NO EXTERIOR.....	40
FIGURA 21 – CLIENTES PREPARADOS PARA PAGAR HONORÁRIOS CONTÁBEIS À ALTURA DOS NOVOS SERVIÇOS QUE SERÃO PRESTADOS AS SUAS EMPRESAS.....	41

FIGURA 22 – CIÊNCIA DOS CLIENTES COM RELAÇÃO À RESPONSABILIDADE DE ENCAMINHAR AO CONTADOR AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A REALIZAÇÃO DA CONTABILIDADE DA EMPRESA.....	41
FIGURA 23 – GÊNERO DOS ENTREVISTADOS.....	42
FIGURA 24 – IDADE DOS ENTREVISTADOS.....	42
FIGURA 25 – GRAU DE FORMAÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	43
FIGURA 26 – TEMPO DE ATUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.....	43
FIGURA 27 – PARTICIPAÇÃO EM CURSOS QUE ABORDARAM O CPC PARA PMEs.....	44
FIGURA 28 – NECESSIDADE DE MAIS CURSOS QUE ABORDAM O TEMA DO CPC PARA PMEs.....	44

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PERÍODOS HISTÓRICOS DA CONTABILIDADE.....	16
QUADRO 2 – ESCOLAS DE PENSAMENTO IDEALIZADAS DURANTE O 4º PERÍODO HISTÓRICO.....	17
QUADRO 3 – FATOS HISTÓRICOS QUE MARCARAM A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE NO BRASIL.....	19
QUADRO 4 – MODELOS QUE DIFERENCIAM OS CONCEITOS CONTÁBEIS DE CADA SOCIEDADE.....	20
QUADRO 5: CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS OBSERVANDO-SE A QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS REGISTRADOS.....	25
QUADRO 6: DESEMPENHO EXPORTADOR DAS MEs E EPPs POR PORTE DOS SETORES DE ATIVIDADES.....	25
QUADRO 7 – CARACTERÍSTICAS DOS ESCRITÓRIOS E DOS RESPONDENTES DA PESQUISA.....	45
QUADRO 8 – PERCEPÇÃO DOS CONTADORES/TÉCNICOS CONTÁBEIS DIANTE DAS NOVIDADES DO CPC PARA PMEs.....	46

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	11
1.2 OBJETIVOS DE PESQUISA.....	12
1.2.1 Objetivo Geral.....	12
1.2.2 Objetivos Específicos.....	12
1.3 JUSTIFICATIVA.....	13
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>13</b>
2.1 DEFININDO A CONTABILIDADE .....	14
2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONTABILIDADE.....	16
2.2.1 Evolução Histórica da Contabilidade no Brasil.....	18
2.3 NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE – NIC.....	20
2.3.1 Organizações Envolvidas na Convergência das NIC.....	21
2.3.2. A Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade.....	23
2.4 MICROEMPRESAS (ME) e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP): DEFINIÇÕES E UMA VISÃO GERAL DA CONTABILIDADE APLICADA A ELAS.....	24
2.4.1. Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas – CPC para PMEs (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – NIC).....	27
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>29</b>
3.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	29
3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	30
<b>4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>30</b>
4.1 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS POR MEIO DOS QUESTIONÁRIOS.....	30
4.1.1 Características das Empresas Contábeis de Rio Brilhante/MS.....	31
4.1.2 Questões que contemplam o CPC para PMEs.....	36
4.1.3 Questões que compreendem as características dos entrevistados.....	42
4.1.4 Resumo dos dados obtidos por meio do questionário aplicado.....	44
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>47</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>49</b>
<b>APÊNDICE I – Questionário entregue aos proprietários das empresas contábeis.....</b>	<b>52</b>
<b>APÊNDICE II – Questionário entregue aos funcionários das empresas contábeis.....</b>	<b>56</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A contabilidade, no início da civilização, era utilizada apenas como uma forma de inventariar os bens que faziam parte do patrimônio de cada indivíduo. Com a evolução econômica, a contabilidade passou a ser uma ferramenta indispensável para os empresários, pois agrupa e analisa todos os dados econômicos da entidade e, por fim, emite relatórios que subsidiam a tomada de decisões.

Diversos fatos ocorreram para que a contabilidade chegasse aos tempos atuais e no grau de importância para o mundo dos negócios. Atualmente, o fato de os países estarem convergindo às IAS - *International Accounting Standard*, que traduzido para o português, tem-se como Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), marca, de forma incomparável, uma mudança histórica nos procedimentos contábeis no Brasil. Diante dessa mudança, será criado um modelo padrão de contabilidade, aproximando assim usuários do mundo todo e facilitando a interpretação dos relatórios contábeis emitidos pelas entidades.

Primeiramente, foram emitidas através do IASB – *International Accounting Standards Board*, que traduzido para o português, tem-se como Colegiado de Padrões Contábeis Internacionais, normas internacionais para as companhias de capital aberto. No Brasil, para emitir informações a respeito dessas normas internacionais, está o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), responsável pela tradução, discussão e conseqüente emissão das NIC no Brasil, denominados Pronunciamentos Contábeis.

Mas a convergência não atingiu apenas as companhias de capital aberto. A crescente exportação de produtos feitos por empresas de pequeno e médio porte, fez com que o IASB desenvolvesse um pronunciamento técnico específico para elas, mantendo uma forma simplificada de contabilização, e ao mesmo tempo, aumentando as oportunidades de elas conseguirem recursos externos, ou então, realizarem investimentos no exterior.

Este trabalho, além de apresentar conceitos básicos e um histórico dinâmico a respeito da contabilidade, analisará o IFRS for SMEs – *International Financial Reporting Standards for Small na Medium-sized Entities*, ou seja, Normas Internacionais de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC para PMEs).

### 1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O problema de pesquisa pode ser definido como: “uma questão que mostra uma situação necessitada de discussão, investigação, decisão ou solução” (KERLINGER, 1980 *apud*, SILVA, 2001, p. 80). Já na visão de Lakatos e Marconi (1991, p. 220), o problema de

pesquisa “esclarece a dificuldade específica com a qual se defronta e que se pretende resolver por intermédio da pesquisa”.

Diante dos breves conceitos dados ao chamado problema de pesquisa e observando a rápida globalização e a crescente necessidade de que as informações contábeis sejam emitidas, de forma homogênea, com transparência e confiabilidade por empresas de qualquer porte, este estudo buscará responder a seguinte questão:

**Quais as dificuldades e avanços encontrados pelos profissionais da área contábil, que atuam em escritórios de Rio Brilhante/MS, diante da necessidade da aplicação do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias empresas – que possuem correlação com as Normas Internacionais de Contabilidade?**

## 1.2 OBJETIVOS DE PESQUISA

Ao estabelecer um objetivo a ser alcançado, o pesquisador expõe aonde quer chegar com o desenvolvimento de sua pesquisa: “a especificação do objetivo de uma pesquisa responde às questões *para quê?* e *para quem?*” (LAKATOS e MARCONI, 1991, p. 218).

Os objetivos podem ser classificados em gerais e específicos. Segundo Medeiros (2008, p. 222) “os objetivos gerais definem o que o pesquisador pretende atingir com sua investigação”. Já com relação aos objetivos específicos, o mesmo autor os define como sendo as etapas que devem ser cumpridas para que se chegue ao objetivo geral da pesquisa.

### 1.2.1 Objetivo Geral

Com base no problema de pesquisa, o objetivo geral do trabalho é: **Identificar as dificuldades e avanços encontrados pelos profissionais da área contábil, que atuam em escritórios de Rio Brilhante/MS, diante da necessidade da aplicação do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias empresas – que possuem correlação com as Normas Internacionais de Contabilidade.**

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Considerando que os objetivos específicos dizem respeito às etapas da pesquisa, o presente estudo será construído da seguinte forma:

- Pesquisar referências que tratem da aplicação do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas;
- Elaborar um questionário com base nas novas regras de contabilidade para MPEs.
- Aplicar o questionário para os contadores e técnicos contábeis de Rio Brilhante/MS;

- Identificar a opinião dos profissionais contábeis, que atuam em escritórios, a respeito das alterações promovidas;
- Organizar a base de dados; e
- Analisar os dados obtidos visando revelar as principais dificuldades e avanços encontrados pelos profissionais contábeis de Rio Brillhante/MS no CPC para Pequenas e Médias Empresas.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Toda pesquisa deve apresentar o “por quê?” de estar sendo elaborada. Lakatos e Marconi (1991, p. 219) afirmam que a justificativa “consiste numa exposição sucinta, porém completa, das razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática que tornam importante a realização da pesquisa”.

Sendo assim, esta pesquisa justifica-se tendo por base acontecimentos históricos e presentes que alteram procedimentos contábeis no mundo e no Brasil. Desde 1.973 o IASC - *International Accounting Standards Committee*, que em português fica conhecido como Comitê de Padrões Contábeis Internacional, atualmente denominado IASB, vem publicando Normas Internacionais de Contabilidade com o intuito homogeneizar as informações contábeis em qualquer canto do mundo.

No dia 09 de julho de 2009, o IASB publicou o chamado “IFRS for SMEs”, uma norma internacional desenvolvida para ser utilizada por empresas de pequeno e médio porte. Alguns meses depois, mais exatamente no dia 04 de dezembro de 2009, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovou o Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias empresas aqui no Brasil.

Diante dessa nova NIC e observando que, na cidade de Rio Brillhante/MS a emissão de relatórios contábeis, como ferramenta a ser utilizada na tomada de decisões na gestão de micro e pequenas empresas, são raramente desenvolvidos, justificamos a importância desse estudo, no sentido de contribuir para o correto entendimento da necessidade de utilização do CPC para Pequenas e Médias Empresas.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para elaborar qualquer tipo de pesquisa é necessário um embasamento teórico, pois alguém já realizou alguma pesquisa igual ou parecida anteriormente. Realizando essa etapa,

como afirmado por Lakatos e Marconi (1995) não se duplica esforços e também não se descobre idéias que já existem.

Portanto, com a utilização do embasamento proposto, este estudo será apresentado observando-se as seguintes seções: **(a)** Introdução; **(b)** Referencial Teórico contemplando: a definição de contabilidade; a evolução histórica da contabilidade e a evolução ocorrida no Brasil; as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC); os órgãos que estão envolvidos na convergência às NIC; observação de como essa convergência está ocorrendo; Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), definindo-as e mostrando uma visão geral da contabilidade aplicada a elas e por fim a apresentação do CPC para PMEs que possuem correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – NIC; **(c)** Metodologia; **(d)** Análise e Discussão dos Dados; **(e)** Considerações Finais; e **(d)** Referências Bibliográficas.

## 2.1 DEFININDO A CONTABILIDADE

A contabilidade é classificada como Ciência Social, pois nós humanos realizamos ações que geram e modificam o patrimônio. Devido a isso, desde o início da civilização até hoje, busca-se aprimorar essa ciência para que haja um controle eficiente do patrimônio pertencente a nós.

A Bíblia, revisada pelo Frei João José Pedreira de Castro (1995), expõe em algumas de suas páginas relatos contábeis que nos mostram que, desde aquela época, já existia um controle (inventário) dos bens e das rendas de alguns cidadãos. Entre as histórias citadas, estão as de:

- **Jó, o mais considerado entre todos do Oriente:** que segundo o Livro de Jó possuía “sete mil ovelhas, três mil camelos, quinhentas juntas de bois, quinhentas jumentas e uma grande quantidade de escravos” (Livro de Jó, cap. 1, Versículo 3);

- **Salomão, rei de Israel:** como pode ser observado no I Livro dos Reis, Salomão tinha “quatro mil manjedouras para os cavalos de seus carros, e doze mil cavalos de cela” (I Livro dos Reis, cap. 4, versículo 26).

Outra citação a respeito de Salomão é feita no mesmo livro, mas agora no capítulo 10, versículos 14-15, onde é explícita a quantidade de ouro que ele recebia anualmente e também o que ele recebia dos vendedores ambulantes, do tráfico dos negociantes, dos reis da Arábia e de todos os governadores da terra; e

- **Construtor, antes de qualquer obra devem-se calcular os possíveis gastos:** em Lucas, capítulo 14, Versículos 28-30 é citado o exemplo de um construtor que não planeja sua obra, antes de começá-la, e depois sem dinheiro para acabá-la vira alvo de zombadores.

Um dos primeiros conceitos dados à contabilidade pode ser observado a seguir:

Os primórdios da contabilidade resumem-se praticamente no homem primitivo contando (inventariando) seu rebanho... Não se preocupa apenas com a contagem do seu rebanho, mas – o que é mais importante – com o crescimento, com a evolução do rebanho e, conseqüentemente, com a evolução de sua riqueza. (MARION, 2007, p. 13).

A cada passo da evolução dessa ciência chamada de contabilidade, outros conceitos foram surgindo, alguns deles, ainda com características antigas, como expostos por Rosa (1999, p. 18), que apresenta o conceito de Vincenzo Masi: “A contabilidade é a ciência que estuda o patrimônio à disposição das aziendas.”

Para Hermann *apud* Rosa (1999, p.18):

“A contabilidade é a ciência que estuda o patrimônio a disposição das aziendas, em seus aspectos estáticos e em suas variações, para enunciar por meio de fórmulas racionalmente deduzidas, os efeitos da administração sobre a formação e a distribuição dos rendimentos.”

De Lucena (2006) apresenta alguns conceitos mais atuais, entre eles podemos observar que Gouveia *apud* De Lucena (2006, p. 1) define a contabilidade como sendo “[...]uma arte. É a arte de registrar todas as transações de uma companhia que possam ser expressas em termos monetários. E é também a arte de informar os reflexos dessas transações na situação econômico-financeira dessa companhia.”

Outro conceito citado foi idealizado pelo IBRACON *apud* De Lucena (2006, p. 1), o qual caracteriza a contabilidade como um sistema informacional, que visa avaliar a situação da empresa e fornecer para os usuários relatórios a respeito da entidade em questão.

Por último, Franco *apud* De Lucena (2006, p. 1) estabelece que a contabilidade:

“É a ciência que estuda, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a revelação desses fatos, com o fim de oferecer informações sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.”

Com a evolução da civilização e com a conseqüente evolução dos patrimônios das empresas em geral, a tomada de decisões passou a ser acompanhada de estudos e análises concretas a respeito da situação econômico-financeira da entidade, evitando assim decisões precipitadas que afete, de maneira prejudicial, a vida da empresa.

Marion (2009, p. 23), em uma de suas obras, define a contabilidade da seguinte forma:

[...] é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões [...] coleta todos os dados econômicos, mensurando-os, monetariamente, registrando-os, resumindo-os em formas de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

Diante disso, podemos dizer que a contabilidade deixou de ser vista apenas como uma forma de controle do patrimônio e passou a servir como uma ferramenta indispensável para a tomada de decisões nas empresas.

## 2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONTABILIDADE

A contabilidade surgiu assim que as primeiras civilizações observaram a necessidade de controlar, de forma rudimentar, o seu patrimônio. A partir de agora, neste trabalho observa-se quais foram os períodos históricos da contabilidade, como essa ciência era desenvolvida e quais as evoluções ocorridas.

Conforme os diversos estudos e pesquisas realizadas, historiadores e estudiosos da contabilidade, nem sempre chegavam a uma mesma conclusão a respeito dos períodos históricos dessa ciência. O modelo de evolução histórica que será apresentado neste trabalho foi idealizado por Melis (SÁ, 1997, p. 17). Segundo ele a contabilidade pode ser dividida em 04 (quatro) períodos, os quais podem ser observados no quadro a seguir:

PERÍODO	ABRANGÊNCIA
<b>1º Período:</b> História Antiga ou Contabilidade Empírica.	Período iniciado com o surgimento da civilização e findo no ano de 1.202 da era cristã. Surgimento do <i>Liber Abaci</i> , de autoria de Leonardo Pisano.
<b>2º Período:</b> História Média ou da Sistematização da Contabilidade	Período iniciado em 1.202 da era cristã e findo em 1.494, quando surgiu o <i>Tractatus de Computis et Scripturis</i> (Contabilidade das Partidas Dobradas) idealizado pelo Frei Luca Pacioli.
<b>3º Período:</b> História Moderna ou da Literatura da Contabilidade	Período que vai de 1.494 a 1.840 quando surge a obra <i>La Contabilitá Applicatta alle Amministrizioni Private e Pubbliche</i> de autoria de Francesco Villa.
<b>4º Período:</b> História Contemporânea ou Científica da Contabilidade.	Abrange o período de 1.840, se estendendo até os dias atuais.

**QUADRO 1** – PERÍODOS HISTÓRICOS DA CONTABILIDADE.

**FONTE:** adaptado de Sá (1997, p. 17).

Durante o chamado 1º Período, assim como exposto por Marion (2009), a contabilidade era uma forma de o homem primitivo contar e observar a evolução de seu rebanho. Já com o surgimento da moeda, observava-se a evolução monetária de sua riqueza.

O 2º Período, segundo Sá (1997), foi marcado pela primeira divulgação a respeito da contabilidade. A obra *Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalita*, idealizada pelo Frei Luca Pacioli que trazia em uma de suas seções o Método das Partidas

Dobradas - *Tractatus de Computis et Scripturis* – no qual Pacioli definia que, para cada débito deveria haver um crédito correspondente.

No chamado Período da Literatura da Contabilidade (3º Período), várias obras foram publicadas à medida que o comércio e a indústria se desenvolviam. Essas obras demonstravam a evolução sofrida pelo método contábil e as diferentes aplicações dadas a essa ciência.

Em 1.840, Francesco Villa publica a obra intitulada como *La Contabilità Applicata alle Amministrazioni Private e Pubbliche*, dando início assim ao 4º Período histórico, que se estende até os dias atuais. Durante esse período, houve uma relevante formação de doutrinas contábeis, tais como: Contismo, Materialismo Substancial, Personalismo, Controlismo, Neocontismo, Reditualismo, Aziendalismo e Patrimonialismo. A seguir, observa-se cada uma dessas escolas de pensamento na visão de Sá:

<b>Escola de Pensamento</b>	<b>Principais características</b>
Contismo	Escola pré-científica que reconhecia que o objeto da contabilidade eram as “contas”. Portanto a contabilidade era definida como a “ciência das contas”;
Materialismo substancial	A riqueza é a “substância”, ou seja, um objeto essencial de estudo que merece ser observado em sua intimidade. Admite que a informação esta a serviço do contador e não o contador a serviço da informação;
Personalismo	Define o patrimônio como um conjunto de direitos e obrigações. Tinha-se a convicção de que as contas referiam-se sempre a fatos ligados a pessoas.
Controlismo	Considera como objeto da contabilidade o controle da riqueza administrada. O método seguido no desenvolvimento da doutrina foi o histórico, o qual classificou as funções do controle em: Antecedentes, Concomitantes e Subseqüentes;
Neocontismo	Surge com características um pouco mais aprimoradas, renovando a velha doutrina que considerava a Contabilidade como “ciência das contas”. Não observava apenas o aspecto formal das contas, mas sim o “valor”.
Reditualismo	Corrente que considera o rédito como objeto central de estudo da ciência da Contabilidade. A contabilidade procura conhecer a perda ou o lucro de uma empresa ou de uma entidade
Aziendalismo	Corrente doutrinária que tem por base a economia Aziendal. De acordo com os seus adeptos, os fenômenos a estudar são os aziendais, admitindo a Contabilidade apenas como levantamento de fatos patrimoniais, restringindo-lhe o campo;
Patrimonialismo	Considera o patrimônio como o objeto da contabilidade. A riqueza sempre foi a essência da preocupação do ser humano

**QUADRO 2** – ESCOLAS DE PENSAMENTO IDEALIZADAS DURANTE O 4º PERÍODO HISTÓRICO.

**FONTE:** adaptado do texto de Sá (1997, p. 60-154)

Os períodos históricos e as doutrinas citadas anteriormente, influenciaram o mundo no que diz respeito à importância da ciência da contabilidade. Com base nesse estudo que revelou como ocorreu de uma maneira global, a evolução histórica da contabilidade ver-se-á no item seguinte, como ocorreu a evolução dessa ciência no Brasil.

### 2.2.1 Evolução Histórica da Contabilidade no Brasil

Com o desenvolvimento da sociedade e da atividade colonial, houve a necessidade de se ter um controle nos gastos e nas receitas do Estado e, para isso, foi criado um órgão denominado Erário Régio que, segundo Mendonça (1.968), foi transplantado de Portugal para o Brasil em 1808, extinguindo o emprego de “Contador Mor”. Devido a isso, a chefia do Tesouro Geral foi incumbida ao Inspetor Geral do Tesouro, auxiliado por um Tesoureiro Mor e pelo Escrivão deste.

O Tesouro, por sua vez, foi dividido em quatro Contadorias, que eram chefiadas por Contadores Gerais, uma para cada região do império português. Outra modificação importante foi a imposição do método de partidas dobradas para a escrituração da contabilidade pública. Em resumo, o Erário Régio simbolizava o regime de centralização absoluta, pois todas as rendas da Coroa ali davam entrada e dele saíam os fundos para todas as despesas.

No Brasil, a escrituração contábil nos órgãos públicos tornou-se obrigatória em 1.808; tal referência a essa escrituração se deu através de uma carta elaborada pelo Príncipe Regente D. João VI, conforme o texto a seguir:

Para o método de escrituração e fórmulas de contabilidade de minha real fazenda não fique arbitrário a maneira de pensar de cada um dos contadores gerais, que sou servido criarem para o referido Erário: - ordeno que a escrituração seja mercantil por partidas, por ser a única seguida pelas nações mais civilizadas, assim pela sua brevidade, para o manejo de grandes somas como por ser mais clara e a que menos lugar dá erros e subtrefúrgios, onde se esconde a malícia e a fraude dos prevaricadores. (REIS, 2007, p. 2)

Como exposto por Reis e Silva (2007) em “*A história da contabilidade no Brasil*” a escrituração contábil citada na carta do Príncipe Regente D. João VI só poderia ser feita por profissionais que estudassem aulas de comércio, as quais serviam como preparação dos empregados do comércio para o exame na Junta Comercial.

Essas informações demonstram apenas como foi o começo da implantação da contabilidade como uma ferramenta de controle aqui no Brasil. A seguir observar-se-á de uma forma mais dinâmica, alguns dos principais fatos históricos que marcaram a evolução contábil no Brasil, com base no estudo de Reis e Silva (2007):

PERÍODO	FATOS
1.843	A Lei de Orçamento n°. 317: estabelece o imposto progressivo sobre os vencimentos recebidos dos cofres públicos (vigora de 1.843-1.845).
1.850	Criado, pelo Imperador D. Pedro II, o Código Comercial Brasileiro com o intuito de regulamentar os procedimentos contábeis
1.869	Criada a Associação dos Guarda-Livros, sendo reconhecida oficialmente em 1.870 pelo Decreto Imperial n°. 4.475
1.902	É fundada a Escola Prática de Comércio que atualmente é conhecida como Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado.
1.923	Fábio Béstia afirma que o objeto da contabilidade é o patrimônio. O Patrimonialismo obteve grande aceitação no Brasil, predominando até hoje.
1.946	Criados os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade que visam fiscalizar e reger a profissão contábil.
1.948	Francisco D'Áuria lança a obra " <i>Primeiros Princípios de Contabilidade Pura</i> ", introduzindo o Patrimonialismo na contabilidade pública brasileira.
1.971	Fundado o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), vigorado através de novas regras estatutárias de 01 de julho de 1.982, visa ajudar na criação e divulgação das Normas e Procedimentos de Auditoria e Contabilidade.
1.976	Publicada a Lei 6.404 que regulamenta os princípios contábeis, com orientação especialmente norte-americana. Neste mesmo ano também foi criada, através da Lei 6.385, a CVM que passa a regulamentar as companhias abertas
1.981	O Conselho Federal de Contabilidade estabelece as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) divididas em NBC – T (normas técnicas) e NBC – P (normas profissionais)
2.007	Publicada a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, que traz mudanças significativas à antiga Lei das Sociedades por Ações (Lei n°. 6.404/76).

**QUADRO 3 – FATOS HISTÓRICOS QUE MARCARAM A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE NO BRASIL.**

**FONTE:** adaptado do texto de Reis e Da Silva (2007, p. 3-12)

No ano de 2007 ocorreu a publicação a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, que traz mudanças significativas à antiga Lei das Sociedades por Ações (Lei n°. 6.404/76). Um dos principais objetivos da lei está relacionado com a atualização das regras contábeis brasileiras e com a necessidade da convergência dessas regras aos pronunciamentos internacionais emitidos pelo Colegiado de padrões Contábeis Internacionais (IASB).

Recentemente, houve mais uma mudança na legislação contábil no Brasil. Tal mudança está explícita na Lei n°. 11.941, publicada em 27 de maio de 2009 e que, segundo o texto legal, altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário.

Diante de todas essas informações conceituais e históricas, observa-se que o desenvolvimento da contabilidade passou por um longo caminho, tanto em nível mundial

quanto no país, até que fosse reconhecida como uma ferramenta importante para a tomada de decisões.

Atualmente, com a globalização, depara-se com a necessidade de haver uma linguagem de negócios homogênea para que os usuários do mundo inteiro possam entender as informações passadas através dos relatórios contábeis. A busca por uma linguagem contábil, que seja compreendida em diversos lugares do mundo, independente da cultura predominante de cada povo, está sendo implantada pela publicação das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) as quais serão analisadas detalhadamente no próximo tópico.

### 2.3 NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE - NIC

O nível de desenvolvimento de cada país está diretamente ligado à questões culturais, educacionais, econômicas e legislativas, fazendo com que os mesmos, de certa forma, não tenham uma integração homogênea entre si, dificultando assim a troca de informações significativas para a realização de negócios de qualquer natureza.

A contabilidade, como já foi dito, é uma ferramenta importante para a tomada de decisões no mundo dos negócios; mas, devido às diferenças significativas entre os mercados mundiais, ela acaba se tornando complexa para investidores que queiram expandir seus negócios para o mercado externo.

A tradição de cada região, no que diz respeito a valores, costumes, religiões e linguagens, interfere nos modelos econômicos, educacionais e jurídicos de cada país.

MODELO	CARACTERÍSTICAS
<b>Cultura</b>	Ao observarmos os valores culturais, a religião e a linguagem de uma sociedade, podemos notar se ela é culturalmente suficiente, ou seja, quando há a idealização dos próprios costumes, caso dos países colonizadores; ou então se a sociedade é culturalmente dominada, devido à influência de uma cultura dominante que de certa forma, é imposta à sociedade, como é o caso dos países que foram colonizados.
<b>Sistema educacional</b>	O ensino na área contábil é afetado pela política educacional de um modo global e pelo nível de desenvolvimento econômico de cada país
<b>Sistema jurídico</b>	Esse sistema irá interagir de forma direta ou indireta com os padrões contábeis utilizados pelos países, sendo que a complexidade e a estabilidade econômica poderão afetar de forma direta o modelo contábil utilizado.
<b>Sistema econômico</b>	Cada país, de acordo com suas características e necessidades, desenvolve um conjunto próprio de normas jurídicas que irão regulamentar os fatos ocorridos dentro do seu território.

**QUADRO 4** – MODELOS QUE DIFERENCIAM OS CONCEITOS CONTÁBEIS DE CADA SOCIEDADE.

**FONTE:** adaptado do texto de Weffort (2005)

Diante das informações apresentadas, nota-se a complexidade que envolve a tentativa de uma convergência a um sistema contábil homogêneo, pois os países não irão deixar todas

as suas características e sua cultura de lado para se adaptarem a um modelo contábil único. Devido a isso, a criação das Normas Internacionais de Contabilidade visa alcançar um resultado comum entre as diferentes informações contábeis emitidas pelos países. Essas Normas Internacionais não impõe uma mudança radical no sistema, apenas divulgam as formas contábeis que devem ser utilizadas pelas empresas, caso queiram divulgar seus negócios para investidores do mundo todo.

### 2.3.1 Organizações Envolvidas na Convergência das NIC

Há uma mobilização internacional em busca de uma convergência bem sucedida no que se refere à emissão de informações contábeis. Os principais organismos internacionais e nacionais que, de acordo com Niyama (2007), estão envolvidos nessa busca de um modelo contábil homogêneo para todas as economias mundiais são: Colegiado de Padrões Contábeis Internacionais (IASB), Conselho de Padrões de Contabilidade Financeira (FASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

De 1973 a 2001 o atual Colegiado de Padrões Contábeis Internacionais (IASB) era conhecido como Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASC). A partir de 2001, o IASC foi substituído pelo Colegiado de Padrões Contábeis Internacionais (IASB), que está situado em Londres e, segundo Bugarim (2006), tem como compromisso principal: desenvolver normas contábeis internacionais homogêneas, que exijam transparência e comparabilidade na elaboração das Demonstrações Contábeis, atendendo assim às necessidades dos usuários, sejam eles, investidores, administradores, pesquisadores, entre outros.

Os objetivos do IASB, como exposto por Niyama (2007, p. 40-41), são:

- Desenvolver, no interesse público, um único conjunto de normas contábeis globais de alta qualidade, inteligíveis, exequíveis, que exijam informações de alta qualidade, transparentes e comparáveis nas demonstrações contábeis e em outros relatórios financeiros, para ajudar os participantes do mercado de capital e outros usuários em todo o mundo a tomar decisões econômicas;
- Promover o uso e aplicação rigorosa dessas normas; e
- Promover a convergência entre as normas contábeis locais e as Normas Internacionais de Contabilidade de alta qualidade.

Niyama (2007) ainda expõe outro órgão que age em conjunto com o IASB, esse órgão é conhecido como FASB – *Financial Accounting Standards Board*, que traduzido para o português fica definido como Conselho de Padrões de Contabilidade Financeira (FASB). Criado em 1973, o FASB é o órgão norte-americano que emite as normas conhecidas como US-GAAP-United States Generally Accepted Accounting Principles que traduzido para o

português tem-se como Princípios Geralmente Aceitos nos Estados Unidos. A princípio essas normas eram vistas como normas padrões para a realização de negócios no exterior devido à importância da economia dos Estados Unidos, mas percebendo as diferenças políticas e econômicas entre os países houve um consenso, em 2002, entre o FASB e o IASB que resultou na aceitação por parte do FASB de um acordo de convergência.

Como observado por Lemes (2004) os dois órgãos adotaram as seguintes iniciativas para que o acordo fosse cumprido: desenvolvimento de projetos em conjunto, compartilhamento de pessoal, alinhamento das agendas, a adoção de projetos de curto prazo, a participação em tempo integral de um membro do IASB nos trabalhos do FASB, o monitoramento pelo FASB dos projetos do IASB, o desencadeamento de pesquisas sobre as diferenças existentes entre os US-GAAP e as NIC e a consideração explícita da convergência em todas as decisões da agenda do conselho.

Por último falar-se-á a respeito do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, órgão brasileiro que, assim como diversos órgãos internacionais, está envolvido na busca de uma convergência das Demonstrações Contábeis.

Como afirmado por Ploger (2009), a criação do CPC, através da Resolução CFC nº. 1.055/05 foi resultado da abertura da economia brasileira para o exterior, a qual colocou as empresas brasileiras em contato direto com economias mais avançadas, inclusive com títulos negociados nas bolsas de maior movimento do mundo e ao alcance dos investidores sediados em outros países.

O CPC é composto pelas entidades:

- Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas);
- Apimec Nacional (Associação Nacional dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais);
- BM&F Bovespa (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros);
- CFC (Conselho Federal de Contabilidade);
- FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras); e
- IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil). (Resolução CFC nº. 1.055/2005 art. 2º)

Além dos membros que compõem o CPC, há ainda os chamados membros convidados, que são:

- Banco Central do Brasil (BCB);
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- Secretaria da Receita Federal (SRF); e
- Superintendência dos Seguros Privados (SUSEP). (Fonte: site do CPC-Composição)

O principal objetivo do Comitê de Pronunciamentos Contábeis pode ser observado na Resolução CFC nº. 1.055/2005, art. 3º:

[...] tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

Observando os objetivos dos órgãos citados, serão demonstrados no item seguinte, quais os requisitos que precisam ser atendidos pelas empresas para que as informações contábeis sejam compreendidas em qualquer país e os benefícios que a convergência pode trazer às entidades.

### 2.3.2. A Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade.

Com o processo de globalização, a contabilidade deixou de ser apenas uma ferramenta de controle do patrimônio de uma pessoa ou empresa e tornou-se uma ferramenta muito importante para a tomada de decisões também no ambiente externo das organizações. Para sobreviver ao mercado competitivo desse atual mundo globalizado, todas as empresas devem ter um controle rigoroso de suas transações para que tomem decisões corretas e que não prejudiquem a saúde da entidade, mantendo-se, dessa maneira, de forma ativa e competitiva no mercado.

Não é de hoje que algumas empresas buscam captar capital externo para ser investido em suas atividades ou então realizar atividade no exterior. Mas atualmente, devido à necessidade de as informações apresentadas por essas empresas serem claras e comparáveis observou-se a importância de elas possuírem um diálogo homogêneo entre si para que não haja divergências nas informações apresentadas nos relatórios contábeis.

Como já visto no item 2.3 deste trabalho, o aspecto cultural de cada país é um dos principais desafios na tentativa de coordenar as várias diferenças existentes entre os sistemas contábeis de cada país. Conforme observado por Carvalho apud Castro (2001, p. 7) a contabilidade é uma linguagem universal e, para que as informações contábeis sejam entendidas em qualquer lugar do mundo, elas precisam atender a quatro requisitos básicos:

**Primeiro:** precisam estar expressas em moedas que façam sentido aos usuários;

**Segundo:** precisam estar expressas em um idioma que seja familiar aos usuários das demonstrações;

**Terceiro:** precisam ser preparadas, consoantes a um conjunto de normas e procedimentos que permitam comparações com empresas congêneres, bem como mediante técnicas de análise, tais como Retorno sobre Investimento, Retorno sobre Ativos, Lucro por Ação, e projeções de fluxos de caixa futuros; e

**Quarto:** precisam ser examinadas por profissionais independentes, mediante um conjunto único de parâmetros de aferição de sua adesão às normas, regras e procedimentos que permitam a comparação desejada.

A intenção dos relatórios contábeis não é voltada à apresentação de informações incorretas e divergentes: eles procuram espelhar a realidade vivida pela empresa durante certo período. Diante disso, Melo (2008, p. 6) apresenta alguns benefícios com relação à conversão das Normas Brasileiras de Contabilidade às NIC:

- Aumento da comparabilidade e da transparência nas demonstrações financeiras;
- Integração supranacional do mercado de capitais;
- Disponibilização de informações financeiras com mais qualidade para acionistas e autoridades responsáveis;
- Aumento da qualidade e eficiência de grupos internacionais; e
- Potencialização das ambições de crescimento internacional do Brasil.

Em busca dessas promessas de melhorias com relação à negociação entre economias de diversos países, vários deles já foram obrigados ou estão se adiantando no que diz respeito a implementação das novas Normas Internacionais de Contabilidade (NIC).

A princípio, com relação à convergência internacional necessária para as companhias de capital aberto, está tudo saindo como o planejado, mas quando é observado o caso das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) depara-se com uma novidade: o CPC para Pequenas e Médias empresas.

Este CPC difere plenamente dos outros CPCs publicados até agora, pois apresenta uma estrutura mais simplificada de informações, cabendo a cada país estabelecer um critério para classificação de empresas nos portes de ME e EPP.

#### 2.4 MICROEMPRESAS (ME) e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP): DEFINIÇÕES E UMA VISÃO GERAL DA CONTABILIDADE APLICADA A ELAS.

No Brasil, segundo o Serviço de apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo (SEBRAE-SP, 2006), existem 5,1 milhões de empresas, sendo que deste total, 98% classificam-se como micro e pequenas empresas.

Como definido na Lei Complementar nº. 123/06, as micro e pequenas empresas citadas anteriormente recebem, de acordo com seu faturamento, as seguintes definições:

- I - no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);
- II - no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00

(duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais). (BRASIL, 2006, p. 2).

Outra forma de classificar essas empresas, segundo o Sebrae-SP (2006), seria de acordo com a quantidade de funcionários registrados, como é apresentado no Quadro 5:

Porte	Setor	
	Indústria	Comércio e Serviços
ME	Até 19	Até 09
EPP	De 20 a 99	De 10 a 49

**QUADRO 5:** CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS OBSERVANDO-SE A QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS REGISTRADOS.

**FONTE:** Sebrae – SP, 2006.

As ME e as EPP, segundo Caloête (2010), são grandes geradoras de emprego, contribuindo com 60,8% dos novos postos de trabalho. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme análise de Caloête (2009) apontou que em março de 2009 as microempresas geraram sozinhas, 34,8 mil empregos no Brasil.

Outro dado importante diz respeito ao desempenho que as micro e pequenas empresas, principalmente do setor industrial, vêm apresentando em relação à exportação de produtos.

O SEBRAE, ao analisar o Relatório Final a respeito do Desempenho exportador das micro e pequenas empresas brasileiras – 1998 a 2007, observou o seguinte desempenho por porte dos setores de atividades das MEs e das EPPs (ver Quadro 6):

PORTE	Atividades			
ME	<b>Comércio por Atacado/Varejo</b>		<b>Fabricação de Máquinas e Equipamentos</b>	
	<i>Firmas %</i>	<i>Valor Exportado%</i>	<i>Firmas %</i>	<i>Valor Exportado%</i>
	40,9	39,7	8,2	9,6
	<b>Vestuário e acessórios</b>		<b>Fabricação de móveis e ind. Diversas</b>	
	<i>Firmas %</i>	<i>Valor Exportado%</i>	<i>Firmas %</i>	<i>Valor Exportado%</i>
	7	4,2	5,9	5,9
PORTE	Atividades			
EPP	<b>Comércio por Atacado</b>		<b>Fabricação de Máquinas e Equipamentos</b>	
	<i>Firmas %</i>	<i>Valor Exportado%</i>	<i>Firmas %</i>	<i>Valor Exportado%</i>
	20,9	25,9	10,2	9,4
	<b>Fabricação de produtos de madeira</b>		<b>Fabricação de móveis e ind. Diversas</b>	
	<i>Firmas %</i>	<i>Valor Exportado%</i>	<i>Firmas %</i>	<i>Valor Exportado%</i>
	4,7	7,8	6,2	6
	<b>Fabricação de produtos químicos</b>			
	<i>Firmas %</i>	<i>Valor Exportado%</i>		
5,8	5,8			

**QUADRO 6:** DESEMPENHO EXPORTADOR DAS MEs E EPPs POR PORTE DOS SETORES DE ATIVIDADES.

**FONTE:** adaptado do texto do SEBRAE (2008, p. 16).

Diante dos dados apresentados no Quadro 6, conclui-se que em 2007 a principal atividade exportadora, em se tratando de MEs, foi o “Comércio por Atacado e Varejo”, representando 40,9% das empresas e 39,7% das vendas realizadas para o mercado externo. No caso das EPPs, a atividade que teve mais destaque foi o “Comércio por Atacado” que foi representado por 20,9% das empresas e realizou 25,9% das exportações.

Ao analisar as informações expostas, conclui-se que as micro e pequenas empresas são importantes para a economia do Brasil, mas ainda faltam muitas melhorias nesse setor que, segundo Lacerda (2003, p. 9), apesar de ter apresentado esforços para manutenção e desenvolvimento das MPEs, ainda possui um alto nível de mortalidade precoce dessas organizações.

Uma das causas principais dessas baixas é uma má gestão dos negócios. Portanto, o primeiro passo em busca da obtenção de um negócio bem sucedido é buscar ajuda para desenvolver a atividade empresarial:

[...]uma boa consultoria, deve efetuar um bom diagnóstico e oferecer um método que seja especialmente adaptável a sua empresa, facilitando os processos de implantação das sugestões de estratégias indicadas. Tais cuidados são necessários, porque planejamento estratégico não é como uma receita de bolo, pois, cada empresa tem um “DNA” diferente. Cada empresa possui pessoas, recursos, fatores diferentes, e ainda, atuam em diferentes contextos e segmentos, resultando em múltiplas possibilidades de combinações de alternativas estratégicas e táticas. Como o próprio nome já diz “planejamento”, é algo que deve ser contínuo, não basta colocar no papel, tem que atualizar sempre. A decisão e a ação é com o empresário, que precisa ser “autônomo nas suas decisões”, porque nem sempre terá o consultor para lhe dar alternativas para as suas decisões e ações. (CAMPOS, 2009, p. 03)

Geralmente as MEs e as EPPs não realizam a contabilidade como forma de obter informações úteis para a tomada de decisões. Diante disso os contadores e pequenos empresários devem se conscientizar de que:

“[...] a contabilidade oferece aos gestores, ferramenta indispensável, com informação confiável para tomadas de decisões, permitindo ações corretivas, projeções, simulações, bem como análises e conclusões para a correta consecução dos planos de crescimento ou inserção da empresa no cenário do segmento econômico”. (SCHNORR, 2008, p. 31)

Assim, percebe-se que é indispensável que as MEs e as EPPs, assim como qualquer outro tipo de empresa, possuam um controle do seu patrimônio e apresentem relatórios contábeis essenciais para a correta tomada de decisões a respeito dos negócios, evitando surpresas futuras.

Segundo Schnorr (2008, p. 28) “A contabilidade está para a empresa – seja de grande ou pequeno porte – na mesma importância com que o plano de vôo está para o piloto”; assim, caso não haja um planejamento antecipado dos negócios corre-se o risco de os empresários se obrigarem a fechar as portas do empreendimento.

#### 2.4.1. Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas – CPC para PMEs (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – NIC).

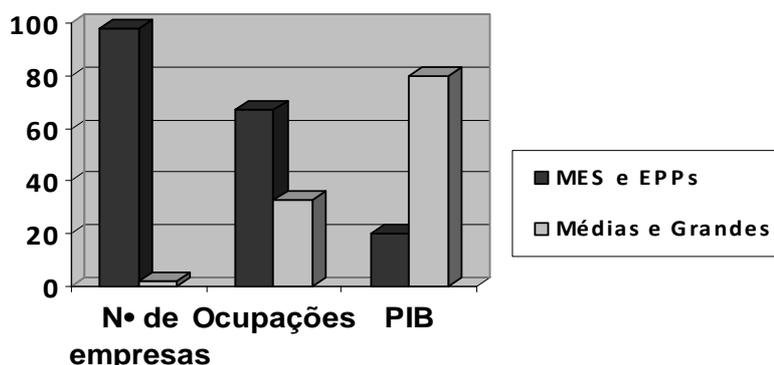
A globalização primeiramente desencadeou a necessidade de o mundo dos negócios obterem um modelo contábil homogêneo para as companhias de capital aberto. Agora, devido à demanda de países menos desenvolvidos, nos quais as micro e pequenas empresas são as grandes geradoras de empregos e realizam um nível considerável de exportação dos seus produtos, o IASB publicou, em 09 julho de 2009, o CPC para PMEs que, conforme IASB (2009, p. 1) apresenta os seguintes benefícios:

- Proporciona melhor comparabilidade para os usuários da contabilidade;
- Reforça a confiança geral na contabilidade das PMEs; e
- Reduz os custos significativos envolvidos na manutenção dos padrões em uma base nacional.

No Brasil, conforme texto do próprio CPC para PMEs a classificação das empresas ocorrerá da seguinte forma:

[...] sociedades por ações fechadas (sem negociação de suas ações ou outros instrumentos patrimoniais ou de dívida no mercado e que não possuam ativos em condição fiduciária perante um amplo grupo de terceiros), mesmo que obrigadas à publicação de suas demonstrações contábeis, são tidas para fins deste Pronunciamento, como pequenas e médias empresas, desde que não enquadradas pela Lei n. 11.638/07 como sociedades de grande porte. As sociedades limitadas e demais sociedades comerciais, desde que não enquadradas pela Lei n. 11.638/07 como sociedades de grande porte também são tidas para fins deste Pronunciamento, como pequenas e médias empresas. (CPC PME, 2009, p. 06)

As PMEs atualmente são representadas por 98% das empresas que fazem parte da economia brasileira (Gráfico 01). Apesar de possuírem a maior representatividade no mercado brasileiro, pouquíssimas utilizam a contabilidade como ferramenta para a tomada de decisões.



**FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS CONFORME SEU PORTE.**  
**FONTE:** adaptado de Henrique (2008, p. 24)

Além de representarem a maioria das empresas brasileiras, as PMEs possuem uma participação significativa em se tratando de exportação que, segundo o FUNCEX (2008, p. 04), obtiveram o valor de US\$2,1 bilhões com a atividade de exportação no ano de 2007.

Com base em uma pesquisa realizada pelo SEBRAE, a exportação das micro e pequenas empresas sediadas em Mato Grosso do Sul – MS representaram 1,1% das exportações nacionais, totalizando um montante de US\$ 5,5 milhões no primeiro semestre de 2009.

Devido ao fato de que o mundo está cada vez mais globalizado e percebendo que empresas nacionais estão investindo ou procurando investidores no mercado externo, observamos que há a necessidade de todas as empresas realizarem a convergência às NIC, para que não haja mais divergências de informações e as economias se desenvolvam mais.

Pensando especialmente no caso das PMEs, criou-se um CPC menos complexo comparado aos CPCs em geral, focalizado somente na contabilidade que deverá ser aplicada para as empresas de pequeno e médio porte. Algumas simplificações ocorridas entre os dois CPCs foram observadas na Ficha Técnica do CPC para PMEs (2009, p. 2-3):

- Alguns tópicos das NIC foram omitidos por não serem relevantes para as PMEs;
- Algumas opções de políticas contábeis não são permitidas porque um método mais simplificado está disponível para as PMEs;
- Simplificação de muitos dos princípios de reconhecimento e mensuração que estão presentes nas NIC para as grandes empresas;
- Divulgações substancialmente menores; e
- Reformulação simplificada.

Normalmente a contabilidade dessas empresas não é utilizada como uma ferramenta útil para tomada de decisões importantes, apenas possuem finalidades voltadas aos próprios donos ou então algumas autoridades do governo:

As PMEs muitas vezes produzem demonstrações contábeis apenas para o uso de proprietários-administradores ou apenas para o uso de autoridades fiscais ou outras autoridades governamentais. Demonstrações contábeis produzidas apenas para esses propósitos não são, necessariamente, demonstrações contábeis para fins gerais. (CPC para PMEs, 2009, p. 04)

Ao observar as características desse pronunciamento técnico, este trabalho analisa a aceitação e prováveis conseqüências percebidas pelos empresários contábeis da cidade de Rio Brilhante/MS com relação à aplicação do CPC para PMEs.

### 3. METODOLOGIA

A metodologia, segundo Lakatos (1991, p. 221), “[...] responde, a um só tempo, às questões *como? com o quê? onde? e quanto?*”, ou seja, por meio dela o pesquisador dirá como vai desenvolver a pesquisa, o quê irá utilizar e onde irá aplicar seu trabalho.

Existem vários tipos de pesquisa que podem ser realizadas para que sejam elaborados alguns trabalhos, entre elas pode-se citar, de acordo com Silva (2001):

- **Pesquisa exploratória:** proporciona maior familiaridade com o problema, de maneira a torna-lo explícito ou a construir hipóteses;
- **Pesquisa descritiva:** descreve características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis;
- **Pesquisa bibliográfica:** elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet.
- **Levantamento:** quando a pesquisa envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. (SILVA, 2001, p. 21)

Observando a definição dada à metodologia e aos tipos de pesquisa que podem ser realizadas, adotaram-se os seguintes métodos para o desenvolvimento do tema proposto:

- Primeiramente foi utilizado o método histórico ou de revisão teórica, ou seja, realizou-se uma pesquisa bibliográfica: assim o público-alvo tomará conhecimento de todas as etapas que foram realizadas durante o presente estudo;

- Após a revisão teórica, será realizada a técnica de teste, ou como especificado por Silva (2001) foi realizado um levantamento de dados através da aplicação de um questionário: elaboração de um questionário padrão – com informações exclusivas e próprias da referente pesquisa - com a finalidade de obter dados específicos e quantitativos que atendam a questão de pesquisa proposta.

#### 3.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa será aplicada na cidade de Rio Brillhante/MS que, segundo dados do IBGE, possui 27.903 habitantes e conforme dados do CRC/MS possui 11 escritórios de contabilidade instalados na cidade, sendo que cada uma deles possui em média 2 (dois) contadores ou técnicos contábeis.

### 3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

A pesquisa foi realizada através da aplicação de dois questionários próprios:

- O primeiro modelo de questionário, contendo 24 questões, foi entregue aos proprietários dos escritórios de contabilidade com o intuito de coletar dados a respeito das empresas atendidas, observar a percepção dos respondentes com relação ao novo CPC para PME e analisar aspectos padrões, tais como: idade, formação, tempo de serviço e opiniões com relação a treinamentos.

- O segundo modelo de questionário, contendo 17 questões, foi direcionado aos funcionários para que fosse observada a percepção deles com relação ao CPC e também algumas de suas características pessoais e opiniões.

Os questionários foram aplicados aos profissionais da área contábil em setembro de 2010 por meio da autorização concedida pelos proprietários dos escritórios visitados.

## 4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, serão descritos e analisados os dados obtidos por meio de questionário de entrevista, aplicado entre os profissionais da área contábil dos escritórios de Rio Brillhante/MS. Também serão observadas quais as principais dificuldades e avanços encontrados no CPC para PMEs.

### 4.1 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS POR MEIO DOS QUESTIONÁRIOS.

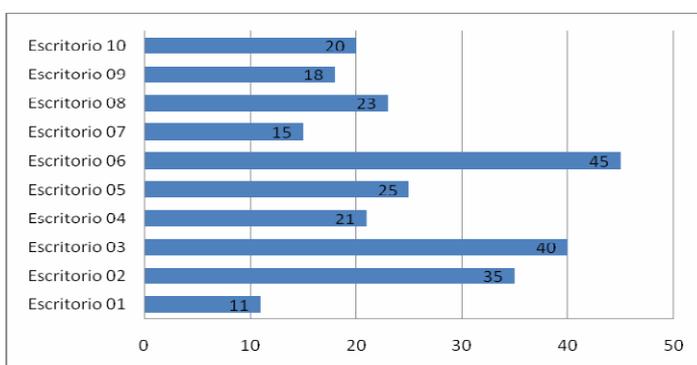
A partir desta seção observaremos a exposição e a análise dos dados obtidos por meio do questionário aplicado nos escritórios contábeis de Rio Brillhante/MS.

Primeiramente são apresentados dados referentes aos clientes de cada escritório entrevistado; logo em seguida veremos como está sendo a recepção, pelos contadores e técnicos, do novo CPC para PMEs e por fim apresentaremos dados relativos a características pessoais dos entrevistados.

Durante o ano de 2010 um escritório fechou suas portas. Portanto nesta pesquisa registra-se que há um total de 10 escritórios contábeis exercendo a atividade e que cada um deles possui aproximadamente 2 contadores/técnicos contábeis trabalhando.

#### 4.1.1 Características das Empresas Contábeis de Rio Brillhante/MS

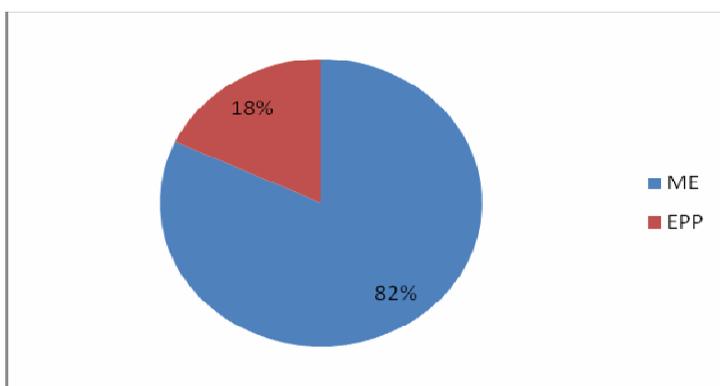
Um total de 10 escritórios, representados por seus proprietários, foram entrevistados. As sete primeiras questões de pesquisa procuram traçar o perfil das empresas que são atendidas pelos escritórios. Com o intuito de constatar o perfil dessas empresas foram observadas questões relativas à quantidade de empresas que se classificam como PMEs, ao porte dessas empresas, ao ramo de atuação, a regularidade no envio de documentos, a frequência com que são disponibilizadas demonstrações contábeis, os tipos de demonstrações que são disponibilizadas e a frequência com que essas empresas solicitam algum(uns) tipos de relatórios. Os gráficos a seguir, apresentam de forma detalhada as informações que foram citadas anteriormente:



**FIGURA 2** – QUANTIDADE DE EMPRESAS QUE SE CLASSIFICAM COMO PMEs

**FONTE:** dados da Pesquisa

Analisando a Figura 2, observa-se que é de 253 o número de empresas que se enquadram como MEs e EPPs e que são atendidas por diversos escritórios em Rio Brillhante/MS. Essa quantidade de PMEs pode representar desenvolvimento econômico para o município, tornando-se também uma preocupação para os profissionais já que deverão conscientizá-las a respeito das novas regras para realização da contabilidade.

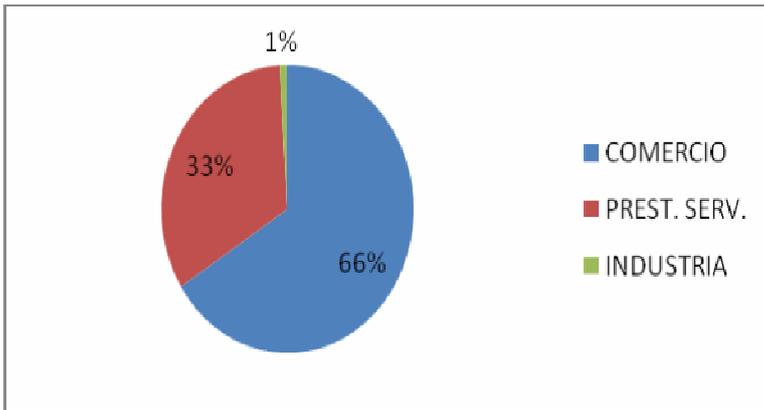


**FIGURA 3** PORTE DAS EMPRESAS OBJETO DE PESQUISA

**FONTE:** dados da Pesquisa

Na Figura 3 observa-se que, com relação as 253 empresas classificadas como PMEs, 82% são Microempresas (ME) e 18% se enquadram como Empresas de Pequeno Porte (EPP).

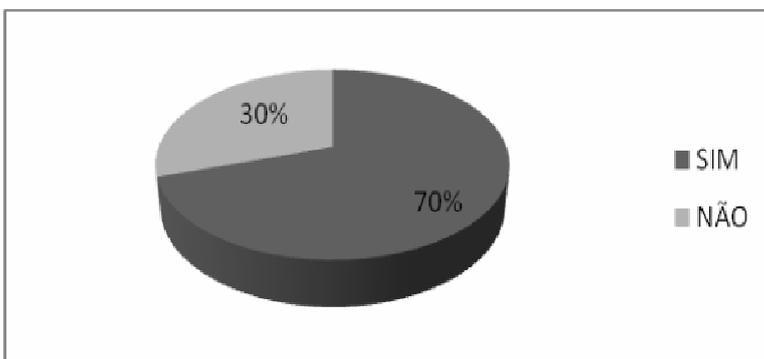
A seguir, pode-se observar na Figura 4 quais são os ramos de atuação desse conjunto de empresas:



**FIGURA 4 – RAMO DE ATUAÇÃO DAS PMEs**  
**FONTE:** dados da pesquisa

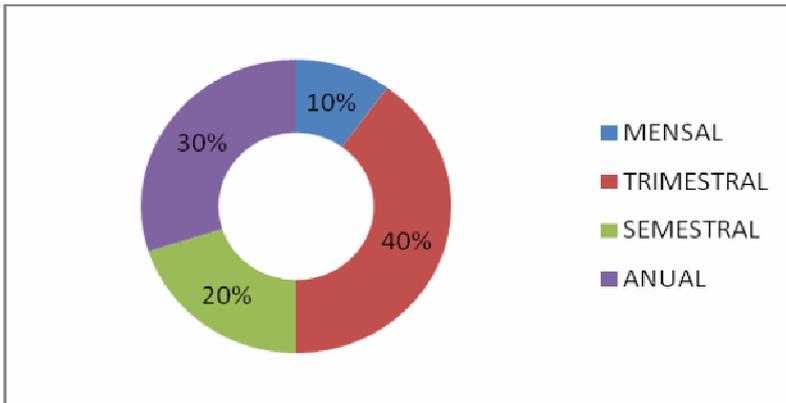
Das 253 empresas que são objeto da pesquisa, 66% exercem atividade comercial, 33% prestam serviços e 1% classifica-se como indústria.

Com relação ao envio regular ou não dos documentos necessários para realização da contabilidade das empresas, 70% dos entrevistados disse receber de forma regular todos os documentos e 30% dos proprietários observou que não recebe tais documentos, como pode ser observado na Figura 5.



**FIGURA 5 – REGULARIDADE NO ENVIO DE DOCUMENTOS AOS ESCRITÓRIO**  
**FONTE:** dados da pesquisa

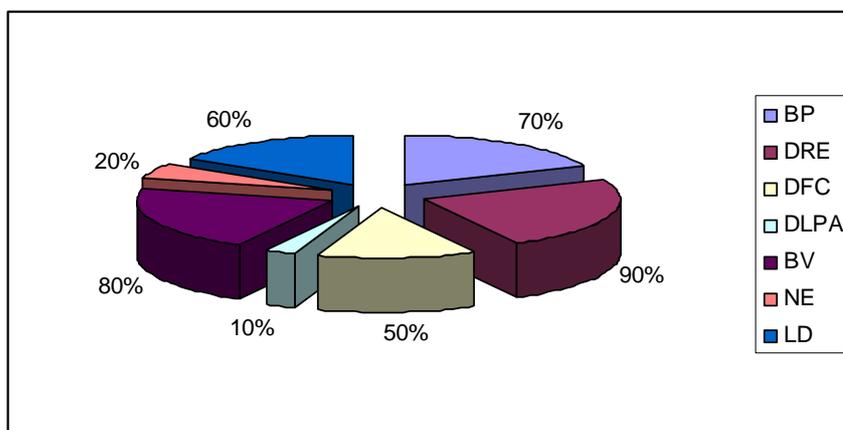
A Figura 6 mostra com que frequência os escritórios disponibilizam as demonstrações contábeis para as empresas classificadas como PMEs.



**FIGURA 6 – FREQUÊNCIA DE DISPONIBILIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ÀS PMEs**  
**FONTE:** dados da pesquisa

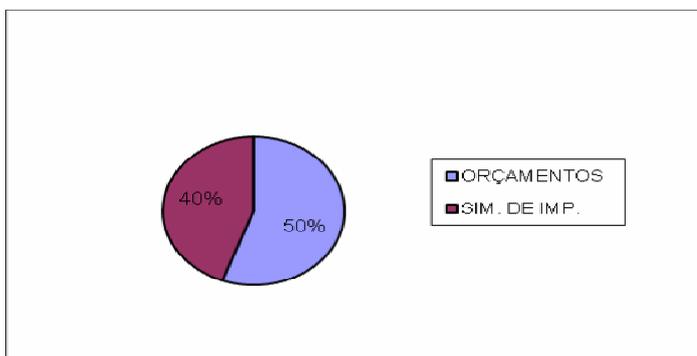
A maioria, representada por 40%, disponibiliza demonstrações trimestralmente às empresas; logo em seguida aparecem os 30% que apresentam anualmente as demonstrações. A apresentação semestral ficou em terceiro lugar com 20% e por fim a disponibilização mensal que atingiu os 10%.

Os proprietários foram questionados também com relação aos tipos de demonstrações que disponibilizam aos seus clientes. Como pode ser observado na Figura 7, a maioria apresenta o básico da contabilidade, ou seja, 90% disponibilizam a Demonstração do Resultado do Exercício, 80% representam o Balancete de Verificação, 70% apresentam o Balanço Patrimonial e 60% disponibilizam o Livro Diário. Com relação à Demonstração do Fluxo de Caixa 50% afirmou que disponibiliza. Com relação às Notas Explicativas, 20% afirma apresentar e 10% disponibiliza a Demonstração dos Lucros/Prejuízos Acumulados.



**FIGURA 7 – TIPOS DE DEMONSTRAÇÕES DISPONIBILIZADAS**  
**FONTE:** dados da pesquisa

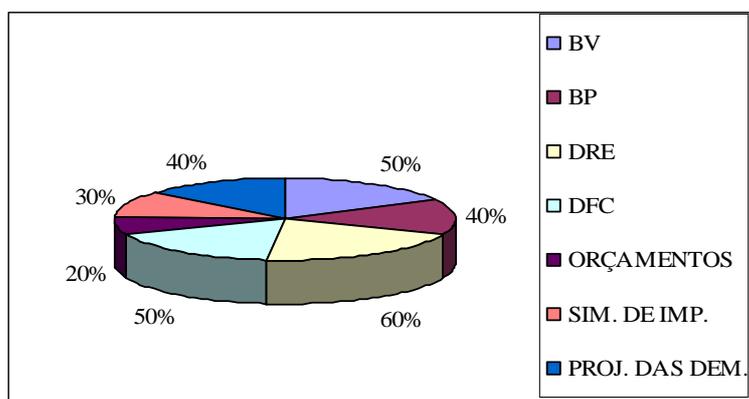
A seguir observaremos nas Figuras 8, 9, 10 e 11 com que frequência os empresários solicitam aos escritórios relatórios contábeis tais como: Balancete de Verificação, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Fluxos de Caixa, Inventário Físico, Orçamentos, Simulação de Impostos e Projeção das Demonstrações.



**FIGURA 8 – RELATÓRIOS COM FREQUÊNCIA ALTA DE SOLICITAÇÕES.**  
**FONTE:** dados da pesquisa

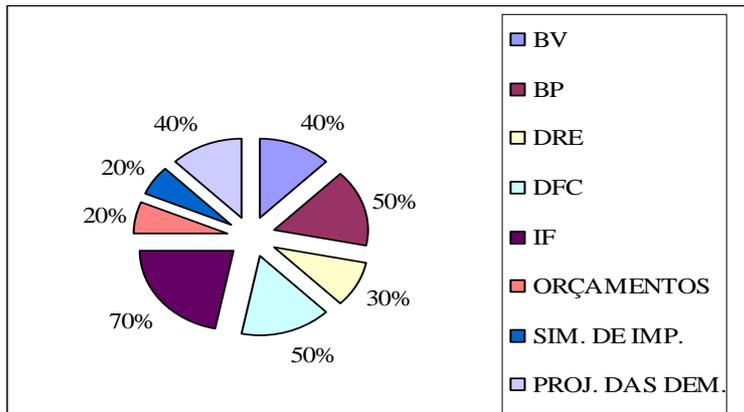
A Figura 8 mostra que os relatórios mais pedidos aos escritórios são: orçamentos representados por 50% dos pedidos e simulação de impostos que atinge 40% das solicitações.

Na Figura 9 pode-se observar que com exceção do inventário físico, todos os outros relatórios são solicitados com frequência média:



**FIGURA 9 – RELATÓRIOS COM MÉDIA FREQUÊNCIA DE SOLICITAÇÕES**  
**FONTE:** dados da pesquisa

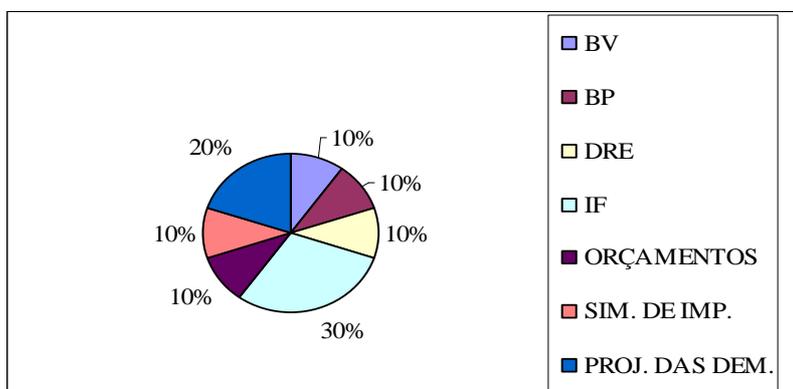
Dos entrevistados, 60% afirmam que as empresas solicitam a Demonstração do Resultado, 50% dos clientes vão aos escritórios em busca do Balancete de Verificação e da Demonstração dos Fluxos de Caixa e 40% deles busca por uma projeção das demonstrações contábeis e também pelo Balanço Patrimonial. Segundo a pesquisa, 30% dos empresários chega ao escritório em busca de um simulação de impostos da sua empresa e por fim, 20% solicita orçamentos aos contadores/técnicos contábeis.



**FIGURA 10** – RELATÓRIOS QUE SÃO SOLICITADOS COM POUCA FREQUÊNCIA  
**FONTE:** dados da pesquisa

Observando a Figura 10, nota-se que uma parte considerável dos empresários solicita com raridade algum tipo de relatório aos escritórios: 70% dos clientes dificilmente solicitam um inventário físico ao seu contador, metade das empresas (50%) quase nunca chegam aos escritórios em busca de um Balanço Patrimonial ou então de uma Demonstração dos Fluxos de Caixa e 40% delas raramente busca por serviços como a apresentação de um Balancete de Verificação ou então uma Projeção das Demonstrações Contábeis da entidade. 30% dos clientes não buscam os escritórios com muita frequência para solicitar uma DRE e 20% raramente aparece com a solicitação de uma Simulação de Impostos ou Orçamentos.

Na Figura 11 pode-se observar que a minoria das PMEs nunca foram aos escritórios para solicitar relatórios contábeis das atividades exercidas por suas empresas.



**FIGURA 11** - NÃO HÁ FREQUÊNCIA COM RELAÇÃO À SOLICITAÇÃO DE RELATÓRIOS  
**FONTE:** dados da pesquisa

30% das empresas nunca solicitaram um Inventário Físico aos escritórios e 20% delas nunca solicitaram uma Projeção das Demonstrações. Uma representação mínima de 10% das

empresas jamais solicitou um Balancete de Verificação, um Balanço Patrimonial, uma Demonstração do Resultado do Exercício, um Orçamento ou então uma Simulação de Impostos ao escritório onde é cliente.

#### 4.1.2 Questões que contemplam o CPC para PMEs.

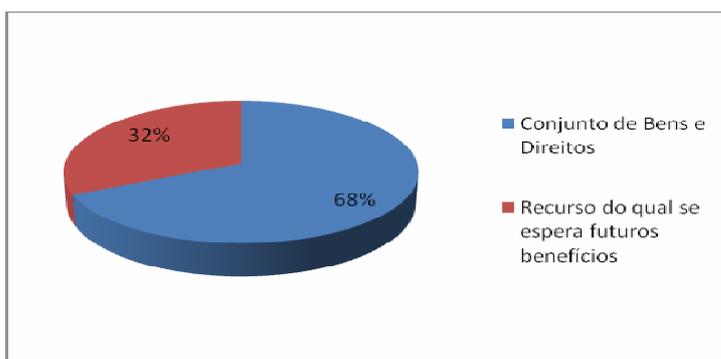
As análises a seguir procuram verificar se os contadores e técnicos contábeis, atuantes em escritórios de Rio Brilhante/MS, já têm conhecimento das novidades apresentadas pelo CPC para Pequenas e Médias Empresas.

A cidade possui atualmente 10 escritórios de contabilidade ativos, os quais possuem uma média de 2 contadores ou técnicos contábeis, sendo assim foram entrevistados 10 proprietários e 19 funcionários no total. Na realidade, são 20 funcionários, mas no período em que o questionário foi aplicado, um dos funcionários estava de férias; portanto não participou da pesquisa.

Para desenvolver a segunda parte do questionário, as primeiras questões foram direcionadas a alguns conceitos contábeis, logo em seguida a intenção foi obter a opinião dos entrevistados com relação às novas exigências e também a respeito de como está sendo visto o relacionamento entre contador/técnico contábil e PMEs a partir de janeiro de 2010.

Em relação aos conceitos contábeis, os contadores e técnicos foram questionados a respeito do Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita, Despesa, Ganho e Perda.

Na Figura 12 observa-se que a maioria deles (68%) ainda não se conscientizou das mudanças ocorridas no conceito do Ativo e ainda acredita que ele seja definido como um conjunto de bens e direitos. Os 32% restantes, conceituaram o Ativo da forma correta, ou seja, como sendo um recurso do qual se espera futuros benefícios.

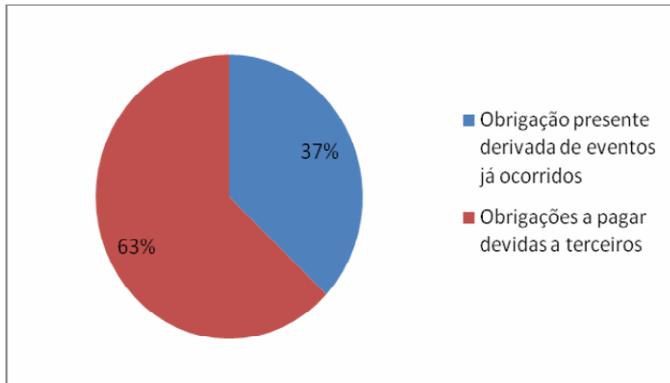


**FIGURA 12 – CONCEITO DE ATIVO**

**FONTE:** dados da pesquisa

Analisando a Figura 13, em decorrência da resposta dada anteriormente para o conceito de Ativo, não é surpresa que 63% dos entrevistados também não estão conscientes da

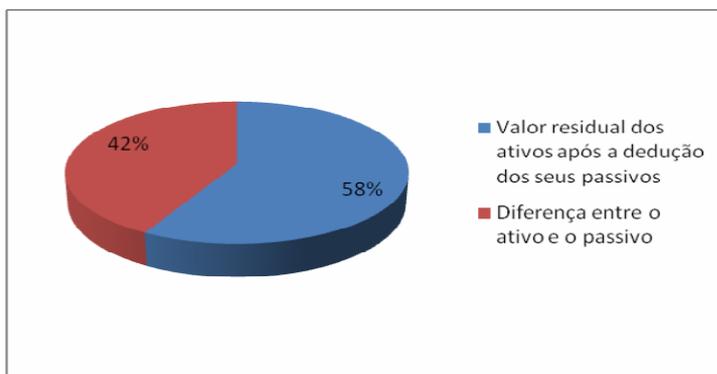
nova definição de Passivo que o classifica como uma obrigação presente derivada de eventos já ocorridos.



**FIGURA 13 – CONCEITO DE PASSIVO**

**FONTE:** dados da pesquisa

No caso do Patrimônio Líquido 58% acreditam que o PL é valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os seus passivos e 42% sugerem que o PL seja definido como sendo a diferença entre o ativo e o passivo, como pode ser observado na Figura 14.

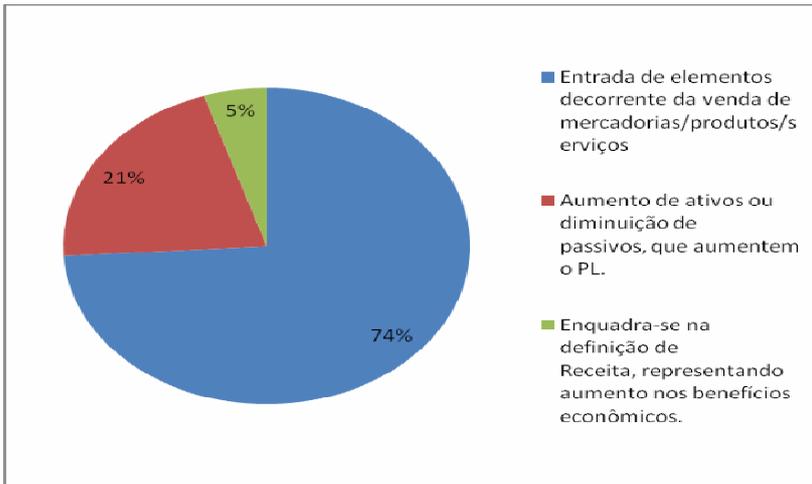


**FIGURA 14 – CONCEITO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**FONTE:** dados da pesquisa

Pode-se dizer que a diferença entre uma resposta e outra é mínima, por isso houve quase um empate entre a seleção das duas respostas como sendo a correta.

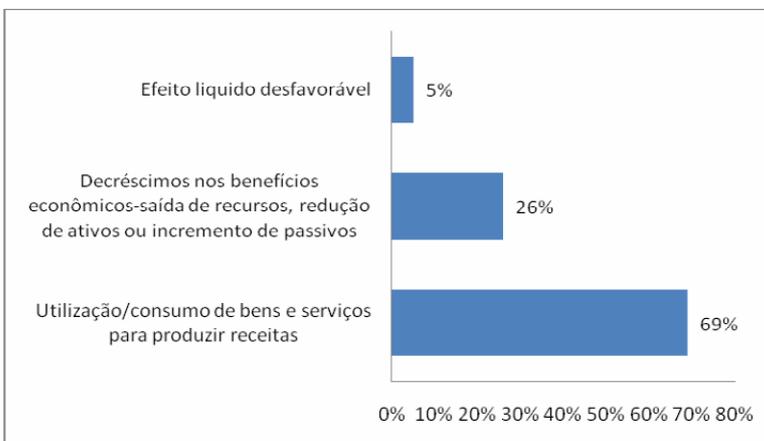
Observando a Figura 15, nota-se que, com relação ao conceito de Receita, apenas 21% dos entrevistados definiram-na de acordo com o CPC. A maioria (74%) enquadrou a Receita no antigo conceito, ou seja, como sendo à entrada de elementos para o Ativo, sob forma de dinheiro ou direitos a receber, correspondentes à venda de mercadorias, produtos ou serviços. Os outros 5%, confundiram os conceitos e definiram a Receita como se fosse um Ganho para a entidade.



**FIGURA 15 – CONCEITO DE RECEITA**

**FONTE:** dados da pesquisa

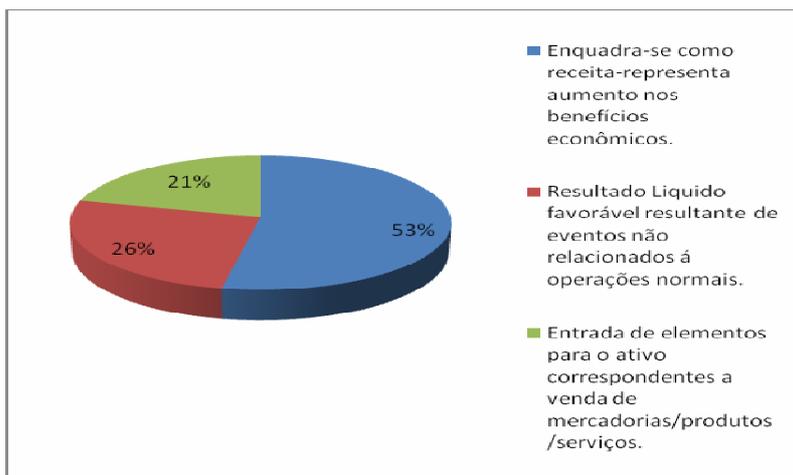
Em se tratando da Despesa, a minoria (5%) também confundiu os conceitos e deu a definição de Perda para a Despesa. Apenas 26% dos entrevistados assinalaram a conceituação correta e a maioria, representada por 69%, definiu de forma antiga o que vem a ser Despesa. (Figura 16)



**FIGURA 16 – CONCEITO DE DESPESA**

**FONTE:** dados da pesquisa

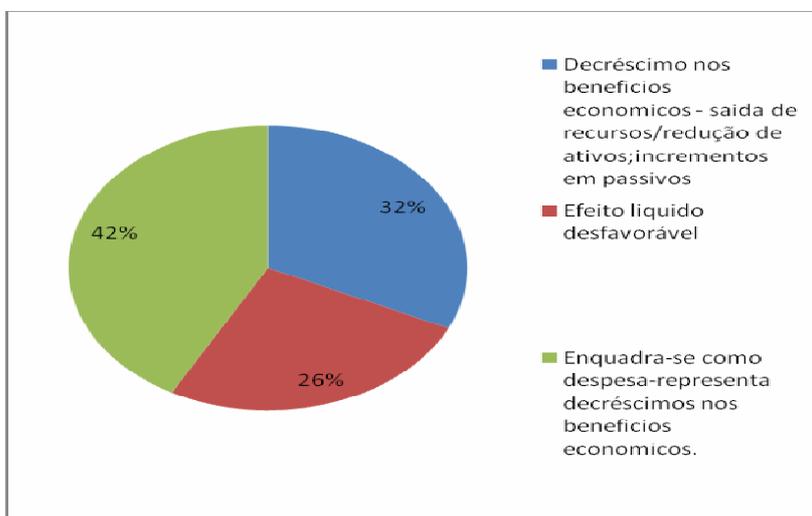
Na Figura 17, referente ao conceito de Ganho, nota-se que a maioria (53%) indicou a resposta correta, ou seja, está de acordo com as novas normas contábeis, 26% assinalaram o conceito antigo como sendo o correto e 21% assinalou a resposta que caberia como conceito dado anteriormente a Receita.



**FIGURA 17 – CONCEITO DE GANHO**

**FONTE:** dados da pesquisa

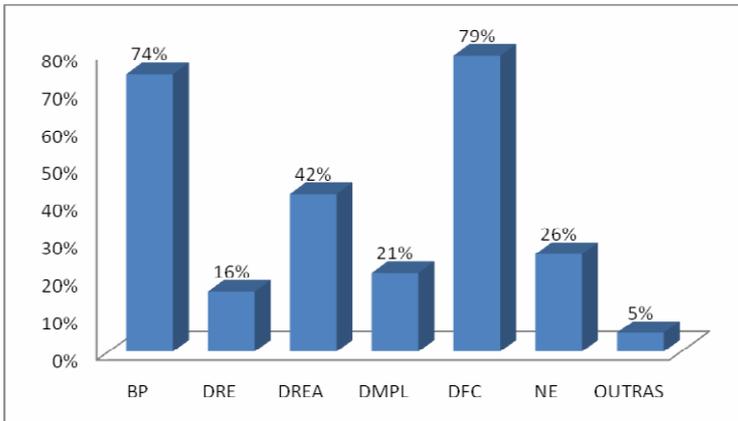
A Figura 18 trata do conceito de Perda. Com relação a ele, a minoria representada por 26% ainda acredita que o conceito de Perda seja referente a um efeito líquido desfavorável que não surge das operações normais da entidade. A representação de 32% assinalou o conceito que seria considerado correto caso a pergunta fosse voltada ao conceito de Despesa e a maioria (42%) já esta de acordo com as mudanças trazidas pelo CPC.



**FIGURA 18 – CONCEITO DE PERDA**

**FONTE:** dados da pesquisa.

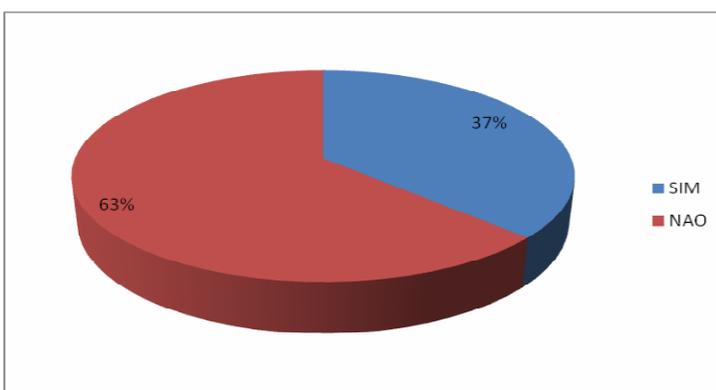
Com o novo CPC para PMEs, as empresas passaram a ser obrigadas a apresentar um grupo de demonstrações a partir de janeiro de 2010. Quando questionados a respeito dessa relação de demonstrações exigidas, 79% dos entrevistados acreditam que a Demonstração do Fluxo de Caixa, 74% citaram o Balanço Patrimonial e 42% mencionaram que a Demonstração do Resultado Abrangente fazem parte das novas exigências. A Figura 19 apresenta essa questão com mais detalhes.



**FIGURA 19** – DEMONSTRAÇÕES OBRIGATÓRIAS A PARTIR DE JANEIRO DE 2010.  
**FONTE:** dados da pesquisa

É importante lembrar que, com exceção da última alternativa (Outras), todas as outras estão corretas e representam assim a relação de demonstrações que são exigidas às PMEs desde janeiro de 2010.

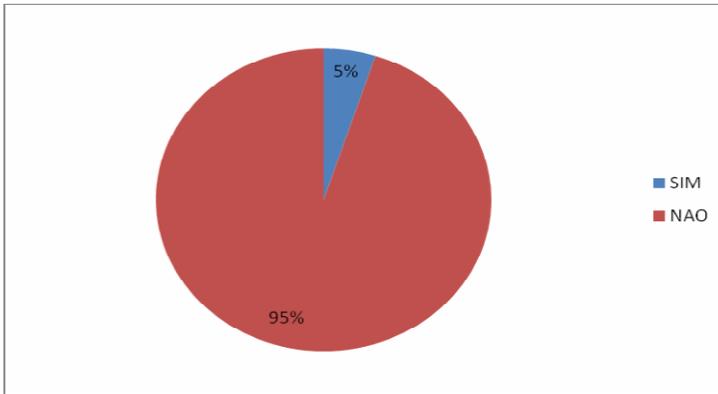
Quanto à opinião dos respondentes com relação à questão de os empresários verem ou não as novas exigências contábeis como uma forma de demonstrar a entidade como um negócio saudável e competitivo tanto no Brasil quanto no exterior, pode-se observar através da Figura 20 que a grande maioria (63%), acredita que não haverá essa percepção por parte dos empresários e 37% disseram que os proprietários das PMEs irão visualizar as novas mudanças como uma forma de marketing para suas empresas tanto dentro quanto fora do país.



**FIGURA 20** – AS NOVAS EXIGÊNCIAS CONTÁBEIS COMO UMA FORMA DE DEMONSTRAR A ENTIDADE COMO UM NEGÓCIO SAUDÁVEL E COMPETITIVO TANTO NO BRASIL QUANTO NO EXTERIOR  
**FONTE:** dados da pesquisa

Com as novas normas para a realização da contabilidade das PMEs, haverá um aumento considerável de serviços para os escritórios de contabilidade. A Figura 21 deixa

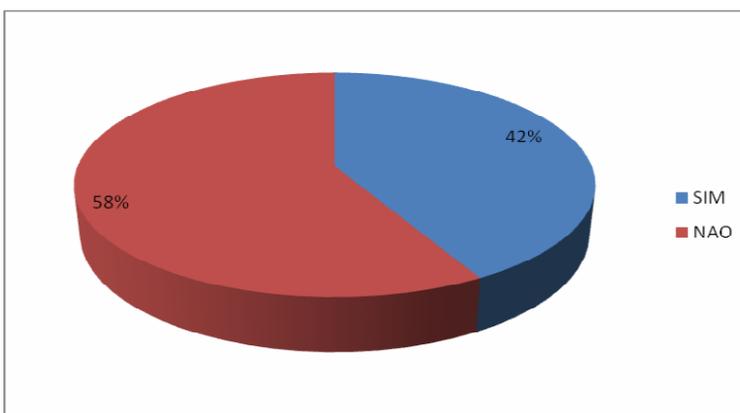
visível que a maioria dos entrevistados (95%) acredita que seus clientes não estão preparados para pagar honorários contábeis à altura dos serviços prestados. Os 5% restantes acreditam que os empresários terão consciência da necessidade de aumento nos honorários contábeis.



**FIGURA 21** – CLIENTES PREPARADOS PARA PAGAR HONORÁRIOS CONTÁBEIS À ALTURA DOS NOVOS SERVIÇOS QUE SERÃO PRESTADOS A SUAS EMPRESAS.

**FONTE:** dados da pesquisa

Quando questionados a respeito da ciência de seus clientes com relação a responsabilidade de encaminhar ao contador as informações necessárias para a realização da contabilidade da empresa, 58% acredita que os clientes sabem da importância do envio de informações aos escritórios e 42% acredita que os empresários não possuem responsabilidade para encaminhar as informações necessárias para que a contabilidade da empresa seja elaborada. Observe a Figura 22.



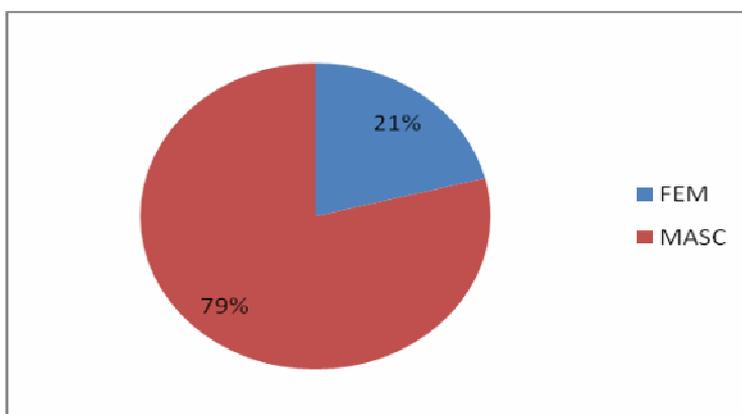
**FIGURA 22** – CIÊNCIA DOS CLIENTES COM RELAÇÃO A RESPONSABILIDADE DE ENCAMINHAR AO CONTADOR AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A REALIZAÇÃO DA CONTABILIDADE DA EMPRESA.

**FONTE:** dados da pesquisa

#### 4.1.3 Questões que compreendem as características dos entrevistados

Como informado no item anterior, foi entrevistado um total de 19 dos 20 profissionais da área contábil que atuam nos escritórios de Rio Brillhante.

Para análise da terceira parte do questionário foram elaboradas 05 questões que procuraram traçar o perfil dos contadores e técnicos contábeis que trabalham em escritórios contábeis da cidade. Entre elas foram observadas questões relativas ao gênero, idade, formação, tempo de atuação no mercado de trabalho, participação em cursos a respeito do CPC para PMEs e a necessidade de uma quantidade maior de treinamentos sobre essas novas normas. As Figuras 23 a 28 trazem as informações citadas:

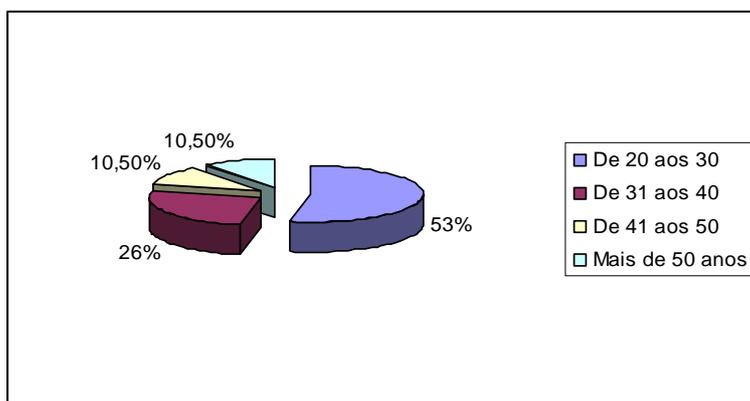


**FIGURA 23** – GÊNERO DOS ENTREVISTADOS

**FONTE:** dados da pesquisa

Através da Figura 23, observa-se que a maior parte dos entrevistados é do sexo masculino (79%) e os outros 21% são representados pelo sexo feminino.

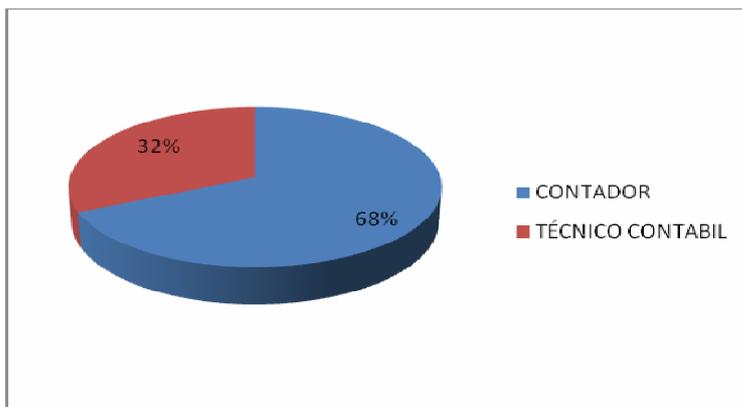
Quanto à idade dos entrevistados, a maioria (53%) possui de 20 a 30 anos, 26% está entre os 31 e os 40 anos, 10,5% possui de 41 até 50 anos e os 10,5% restantes já tem mais de 50 anos. (Figura 24).



**FIGURA 24** – IDADE DOS ENTREVISTADOS

**FONTE:** dados da pesquisa

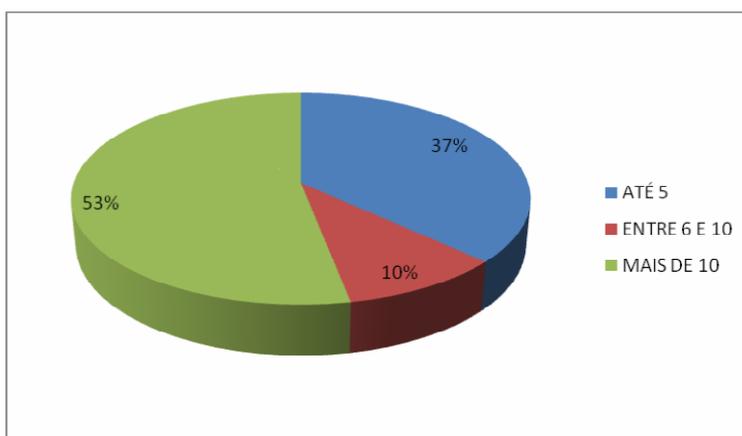
Ao analisarmos a Figura 25 observa-se que em se tratando da formação dos entrevistados 68% são contadores e 32% se enquadram como técnicos contábeis.



**FIGURA 25** – GRAU DE FORMAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

**FONTE:** dados da pesquisa

A Figura 26 mostra, em três escalas, qual o tempo de atuação dos profissionais no mercado de trabalho. Observando os resultados, nota-se que 53% dos entrevistados já possuem mais de 10 anos de trabalho, isso aponta uma das dificuldades com relação à capacitação profissional exigida atualmente, pois devido à falta de cursos/treinamentos da área de contabilidade na região os profissionais ficam desatualizados e acostumados com os métodos antigos.

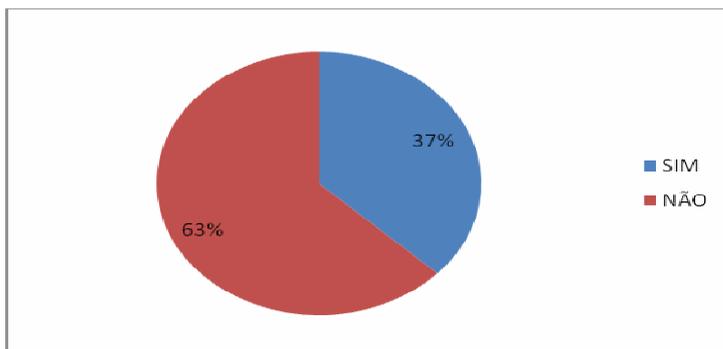


**FIGURA 26** – TEMPO DE ATUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

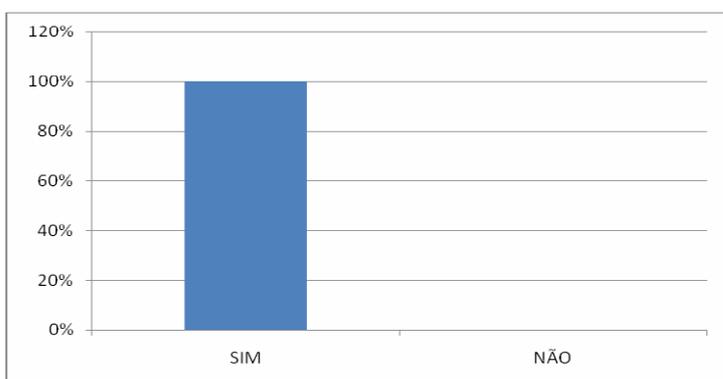
**FONTE:** dados da pesquisa

Os dois questionamentos seguintes (Figuras 27 e 28) buscaram constatar, se os entrevistados já participaram de cursos a respeito do CPC para PMEs e se vêem a necessidade

de mais cursos que abordem esse novo tema. Para essas questões será feita uma análise conjunta, após a exposição dos referidos gráficos.



**FIGURA 27** – PARTICIPAÇÃO EM CURSOS QUE ABORDARAM O CPC PARA PMEs  
**FONTE:** dados da pesquisa



**FIGURA 28** – NECESSIDADE DE MAIS CURSOS QUE ABORDAM O TEMA DO CPC PARA PMEs  
**FONTE:** dados da pesquisa

Com relação à participação dos entrevistados em cursos a respeito do CPC para PMEs, 63% deles nunca participou de nenhum curso que teve como abordagem principal esse tema, lembrando que alguns desses cursos são disponibilizados na internet (cursos on-line) por órgãos como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI). Ao mesmo tempo em que foram questionados com relação à participação nesses cursos foi solicitado que os entrevistados dessem sua opinião com relação à necessidade de mais treinamentos a respeito do CPC para PMEs: a resposta unânime foi sim (100%).

#### 4.1.4 Resumo dos dados obtidos por meio do questionário aplicado

Em síntese, a pesquisada realizada com contadores e técnicos contábeis da cidade de Rio Brilhante/MS traz como mais relevantes os seguintes resultados:

Clientes que se enquadram como PMEs	253 empresas
Porte das empresas	82% microempresa
Ramo de atuação da empresa	66% comércio
Envio regular de documentos para realização da contabilidade nos escritórios	70% sim
Frequência com que os escritórios disponibilizam as demonstrações contábeis para as empresas classificadas como PMEs	40% trimestral
Tipos de demonstrações disponibilizadas aos clientes	90% DRE
Frequência de solicitação de relatórios	50% alta - orçamentos
Gênero dos entrevistados	79% masculino
Idade dos entrevistados	53% de 20 a 30 anos
Formação profissional	68% contador
Tempo de atuação no mercado	53% mais de 10 anos
Participação em cursos a respeito do CPC para PMEs	63% não
Necessidade de mais treinamentos sobre o CPC	100% sim

**QUADRO 7 – CARACTERÍSTICAS DOS ESCRITÓRIOS E DOS RESPONDENTES DA PESQUISA**  
**FONTE:** dados da pesquisa

Quanto às características dos escritórios participantes da pesquisa o Quadro 7 mostra que são 253 clientes ao todo que se enquadram como PMEs, 82% deles é Microempresa e 66% atuam na área de comércio, 70% das empresas enviam regularmente os documentos para a realização da contabilidade nos escritórios, 40% dos escritórios disponibiliza trimestralmente as demonstrações contábeis aos seus clientes e 90% apresentam a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

Com relação à frequência de solicitação de relatórios contábeis aos escritórios, temos um dado alarmante: apenas dois relatórios são solicitados com alta frequência, sendo representados por 50% das empresas. Os dois relatórios citados são: a Simulação de Impostos e o Orçamento. Isso mostra que a cultura dos empresários não é a de analisar todos os dados da sua empresa, e sim a de buscar apenas lucros e saber a quantidade de impostos que tem que pagar. Observando esses dados pode-se dizer que a maioria dos empresários não busca uma gestão empresarial saudável e isso acaba muitas vezes eliminando a empresa do mercado.

Quanto ao perfil dos respondentes, pode-se observar ainda no Quadro 7, que 79% dos respondentes é do sexo masculino, 53% possui de 20 a 30 anos, 68% são contadores, 53% deles já estão há mais de 10 anos no mercado de trabalho, 63% nunca participaram de nenhum curso a respeito do CPC para PMEs e 100% dos entrevistados acreditam que há necessidade de uma quantidade maior de treinamentos a respeito desse CPC.

Observa-se no Quadro 8 o resumo de resultados quanto à percepção dos contadores e técnicos contábeis diante das novidades do CPC para PMEs:

Conceito de Ativo	68% conjunto de bens e direitos
Conceito de Passivo	63% obrigações a pagar - devidas a terceiros
Conceito de Patrimônio Líquido	58% residual dos ativos após a dedução dos passivos
Conceito de receita	74% entrada decorrente da venda de mercadorias/produtos/serviços
Conceito de despesa	69% utilização/consumo de bens e serviços para produzir receitas
Conceito de ganho	53% enquadra-se como receita - representa aumento nos benefícios econômicos.
Conceito de perda	42% Enquadra-se como despesa - representa decréscimos nos benefícios econômicos.
Demonstrações obrigatórias a partir de janeiro de 2010	79% DFC
Os empresários verão as novas normas como uma forma de tornar seu negocio mais competitivo tanto aqui quanto no Exterior	63% não
É possível dizer que os empresários pagariam honorários a altura da quantidade de serviços prestados	95% não
Há a ciência da responsabilidade no envio de todas as informações necessárias para o escritório	58% não

**QUADRO 8 – PERCEPÇÃO DOS CONTADORES/TÉCNICOS CONTÁBEIS DIANTE DAS NOVIDADES DO CPC PARA PMEs.**

**FONTE:** dados da pesquisa.

O Quadro 8 mostra que 68% dos profissionais da área contábil ainda definem Ativo como sendo um conjunto de bens e direitos da entidade, 63% mantém o Passivo como uma obrigação a pagar devidas a terceiros não estando de acordo com o CPC. 58% conceituam o PL como sendo o valor residual dos ativos após a dedução dos seus passivos, conceito este dado pelo CPC.

## 5. CONCLUSÃO

A pesquisa foi realizada objetivando identificar as dificuldades e avanços encontrados pelos profissionais da área contábil, que atuam em escritórios de Rio Brilhante/MS, diante da necessidade da aplicação do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias empresas – que possui correlação com as Normas Internacionais de Contabilidade.

Para alcançar este objetivo, foram delineadas e cumpridas as etapas de elaboração de um referencial teórico a respeito da aplicação do Pronunciamento Técnico e foi aplicado um questionário para os contadores e técnicos contábeis atuantes em escritórios de Rio Brilhante/MS. Esse questionário permitiu que características das empresas contábeis e dos respondentes fossem identificadas, assim como quais as opiniões dos profissionais com relação às dificuldades e avanços a respeito das alterações trazidas pelo CPC.

Através da análise dos dados obtidos com o questionário, foi possível verificar que um total de 253 empresas, a maioria Microempresas com atividade comercial, são atendidas pelos escritórios entrevistados. O dado mais preocupante, é que apesar desse número considerável de PMEs existentes na cidade de Rio Brilhante/MS, quase nenhum profissional da área contábil soube dizer quais são os novos conceitos e exigências para a realização da contabilidade de empresas desse porte. A maioria dos respondentes, mesmo diante da exigência da aplicação do CPC para PMEs desde janeiro/2010, nunca participou de cursos ou treinamentos a respeito do tema. Todos os profissionais admitiram a necessidade de uma capacitação profissional na área da contabilidade para micro e pequenas empresas.

Outra questão observada demonstrou certa preocupação com relação à conscientização dos micro e pequenos empresários em relação à importância das novas normas como uma ferramenta para tornar o negócio mais competitivo tanto aqui quanto no exterior. A maioria dos entrevistados acredita que esses empresários não possuem essa visão de crescimento das empresas devido ao fato de preferirem realizar um negócio cômodo e que dê um retorno com o qual seja possível se manter. Além disso, 95% (noventa e cinco por cento) acreditam que é praticamente impossível que os empresários paguem honorários contábeis à altura da quantidade de serviços prestados pelo escritório.

Observando as principais informações obtidas, pode-se concluir que, são poucos os contadores ou técnicos contábeis que possuem algum conhecimento a respeito desse tema. Isso mostra, definitivamente, que é necessário aumentar a quantidade de cursos e treinamentos, pois só assim haverá maior conscientização, não apenas por parte dos

profissionais da área contábil, como também dos micro e pequenos empresários a respeito da importância das informações obtidas através da correta realização e utilização das demonstrações contábeis. Portanto, houve, por parte dos profissionais questionados, o reconhecimento da importância do CPC para PMEs, mas os mesmos solicitam cursos e treinamentos específicos, com urgência, para que possam tirar dúvidas e realizar corretamente a contabilidade das PMEs.

## 6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Complementar nº. 123/06, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <[http://www.sefa.pa.gov.br/LEGISLA/leg/Diversa/LeisComplementares/lc00123\\_06.htm](http://www.sefa.pa.gov.br/LEGISLA/leg/Diversa/LeisComplementares/lc00123_06.htm)>. Acesso em: 06/02/2010.

BUGARIM, Maria Clara Cavalcante. **Sumário da comparação das práticas contábeis adotadas no Brasil com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.** — Brasília: CFC; São Paulo: Ibracon, 2006.

CALOÊTE, E. M. F. **Comportamento das admissões e desligamentos no mercado formal de trabalho brasileiro: análise da evolução dos indicadores das micro e pequenas empresas no período de dezembro/08 a março de 2009.** 2009. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/FC4D01C6D115D228832575A8005C5FA0/\\$File/NT00040D62.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/FC4D01C6D115D228832575A8005C5FA0/$File/NT00040D62.pdf)>. Acesso em: 01/05/2010.

CALOÊTE, E. M. F. **Evolução do emprego nas MPE a partir dos números do CAGED de setembro de 2009.** 2010. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/CAFAF2B2372EB6318325771B00697C02/\\$File/NT0004400E.pdf](http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/CAFAF2B2372EB6318325771B00697C02/$File/NT0004400E.pdf)>. Acesso em: 01/12/2010.

CAMPOS, Eliana Caitano de. **A responsabilidade das pequenas e micro empresas.** 24 de fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/a-responsabilidade-das-pequenas-e-micro-empresas/28244/>>. Acesso em 03/04/10.

CASTRO, Frei João José Pedreira de. **Bíblia sagrada: Tradução dos originais mediante a versão dos Monges de Maredsous (Bélgica) pelo centro bíblico católico.** 98ª ed. São Paulo: Ave Maria Ltda., 1995.

CASTRO, Marcelo Lima de. **Uma contribuição ao estudo da harmonização das normas contábeis na era da globalização.** In: 1º Seminário USP de Contabilidade, São Paulo, 01 e 02 de outubro de 2001. Disponível em: <<http://www.faserra.edu.br/images/2001%20-%204%20harmoniza%E7%E3o.pdf>> . Acesso em: 06/02/2010.

CFC. Resolução CFC nº. 1.055/05, de 07 de outubro de 2005. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.cpc.org.br/pdf/RES\\_1055.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/RES_1055.pdf)>. Acesso em: 06/02/2010.

CPC. **Composição do CPC.** Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/oque.htm>>. Acesso em: 01/12/2010.

CPC. **Pronunciamento técnico PME: contabilidade para pequenas e medias empresas – correlação as Normas Internacionais de Contabilidade.** 09 de julho de 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/PME.pdf>>. Acesso em: 06/02/2010.

DE LUCENA, Humberto Fernandes. **Curso de Contabilidade Introdutória.** 2006. Disponível em: <[http://www.editoraferreira.com.br/publique/media/humberto\\_toq1.pdf](http://www.editoraferreira.com.br/publique/media/humberto_toq1.pdf)> Acesso em: 30/04/2010.

DELOITTE. *Effective dates of IFRS and recently revised IASs.* 2010. Disponível em: <<http://www.iasplus.com/standard/effect.htm>> Acesso em: 07/03/2010.

DELOITTE. **Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS.** 1.ed., - 2.reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

FUNCEX, Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. **Desempenho exportador das micro e pequenas empresas brasileiras 1998-2007**: Relatório Final. 2008. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/7ff4db7574e364c803256ebc004add8c/ac2826ec467b408f8325771b0069dd60/\\$FILE/NT00044012.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/7ff4db7574e364c803256ebc004add8c/ac2826ec467b408f8325771b0069dd60/$FILE/NT00044012.pdf)>. Acesso em: 01/05/2010.

HENRIQUE, Marco Antonio. **A importância da contabilidade empresarial para micro e pequena empresa**. 2008.79f. Monografia (especialização) - Universidade de Taubaté, Departamento de Economia, Contabilidade e Administração. Taubaté.

IASB. **IFRS for SMEs Fact Sheet**. 09 de julho de 2009. Disponível em: <<http://www.iasb.org/NR/rdonlyres/FBAE7BA8-8B32-43F8-AE3CD4DA92D046C6/0/IFRSforSMEsfactsheet2.pdf>>. Acesso em: 03/04/2010.

IASB. **Press Release**: IASB publishes IFRS for SMEs. 09 de julho de 2009. Disponível em: <<http://www.iasb.org/News/Press%20Releases/IASB%20publishes%20IFRS%20for%20SMEs.htm>>. Acesso em: 03/04/2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades: Rio Brillante – MS**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=500720>>. Acesso em: 01/05/2010.

JÓ. Português. In: Tradução do Centro Bíblico Católico. 1632 páginas. **Livro de Jó, Cap. 1, Versículo 3**, p. 613. São Paulo: Ave Maria, 1995.

LACERDA, Joabe Barbosa. **A contabilidade como ferramenta gerencial na gestão financeira das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs): necessidade e aplicabilidade**. Disponível em: <[www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/.../\\$FILE/NT000AA6DE.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/.../$FILE/NT000AA6DE.pdf)> . Acesso em: 01/05/2010.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. – 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

LEMES, S. CARVALHO, L. N. G. **Efeito da Convergência das Normas Contábeis Brasileiras Para As Normas Internacionais do IASB. 2004**. Disponível em: <[http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos42004/an\\_resumo.asp?cod\\_trabalho=345](http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos42004/an_resumo.asp?cod_trabalho=345)> Acesso em: 06/02/2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 15. ed., São Paulo: Atlas, 2009.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELO, Pedro Augusto. **Rumo às IFRS**. KPMG: IFRS Hoje, 1.ed., mar/abr/2008. Disponível em: <[www.kpmg.com.br/publicacoes/.../IFRS/IFRS\\_Hoje\\_1\\_mar\\_08.pdf](http://www.kpmg.com.br/publicacoes/.../IFRS/IFRS_Hoje_1_mar_08.pdf)> . Acesso em: 06/02/2010.

MENDONÇA, Carneiro de. **O Erário Régio no Brasil**. 1968. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/colonia/real.asp>>. Acesso em: 28/03/2010.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**, 1.ed., 4 reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

PLOGER, Alfried. **A busca da convergência da contabilidade aos padrões internacionais**. 2009. Disponível em: <[www.cpc.org.br/pdf/Livreto\\_CPC\\_atualizado\\_230507.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/Livreto_CPC_atualizado_230507.pdf)>. Acesso em: 07/03/2010.

REIS, A. J. SILVA, S. L. da. **A história da contabilidade no Brasil**. In: Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, vol. 11, nº. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/ind.php/sepa/article/viewArticle/299>> . Acesso em: 28/03/2010.

REIS, Português. In: Tradução do Centro Bíblico Católico. 1632 páginas. **I Livro dos Reis, Cap. 4, Versículo 26**, p. 370-371. São Paulo: Ave Maria, 1995.

ROSA, Luciano. **As transformações contemporâneas da Contabilidade: reflexos na formação dos profissionais de graduação em Ciências Contábeis do Sul do Brasil**. 1999. 203f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SÁ, Antonio Lopes de. **Historia geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SCHNORR, Paulo Walter. **Escrituração contábil simplificada para micro e pequenas empresas**. Brasília: CFC, 2008.

SEBRAE. **Classificação das micro e pequenas empresas de acordo com o número de empregados**. 2006. Disponível em: <[http://www.sebraesp.com.br/sites/default/files/classificacao\\_empregado.pdf](http://www.sebraesp.com.br/sites/default/files/classificacao_empregado.pdf)>. Acesso em: 01/05/2010.

SILVA, Edna Lúcia Da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. – 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distancia da UFSC, 2001. Disponível em: <<http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf>> . Acesso em: 01/05/2010.

WEFFORT, Elionor Farah Jreige. **O Brasil e a harmonização contábil internacional: influência dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado**. São Paulo : Atlas, 2005.

## APÊNDICE I – Questionário entregue aos proprietários das empresas contábeis

Prezado(a) Senhor(a)

Solicitamos vossa colaboração no atendimento de nossa pesquisadora, acadêmica Ana Paula Finkler Fiuza, RG 001290355 SSP/MS, em fornecer as respostas solicitadas por meio deste questionário. As respostas fornecidas servirão de subsídio para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis, sob orientação da Professora Mestre Cristiane Mallmann Hupples, da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE, da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

### DADOS SOBRE A EMPRESA CONTÁBIL

01- Com relação aos seus clientes, quantos se enquadram como Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)?\_\_\_\_\_.

02- Qual o porte dessas empresas?

ME \_\_\_\_\_%

EPP \_\_\_\_\_%

03- Qual o ramo de atuação desse grupo de PMEs?

Comércio \_\_\_\_\_%

Indústria \_\_\_\_\_%

Prestação de Serviços \_\_\_\_\_%

04- Essas empresas costumam enviar, regularmente ao escritório os documentos necessários para a realização da contabilidade?

( ) Sim ( ) Não

05- Com que frequência as Demonstrações Contábeis são **disponibilizadas** aos clientes?

( ) Mensal ( ) Trimestral ( ) Semestral ( ) Anual

06- Quais as Demonstrações contábeis que são disponibilizadas para as empresas objeto de pesquisa?

( ) Balanço Patrimonial

( ) Demonstração do Resultado do Exercício

( ) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

( ) Demonstração do Fluxo de Caixa

( ) Demonstração de Lucros/Prejuízos Acumulados

( ) Balancete de Verificação

( ) Notas Explicativas

( ) Livro Diário

( ) Outras

07-Com que frequência os clientes que usufruem de Vossos serviços contábeis, solicitam os seguintes relatórios:

	Alta Frequência	Média Frequência	Pouca Frequência	Nenhuma Frequência
Balancete de Verificação	( )	( )	( )	( )
Balanço Patrimonial	( )	( )	( )	( )
Demonstração de Resultados	( )	( )	( )	( )

Fluxos de Caixa	( )	( )	( )	( )
Inventário Físico	( )	( )	( )	( )
Orçamentos	( )	( )	( )	( )
Simulação de Impostos	( )	( )	( )	( )
Projeções das Demonstrações Financeiras	( )	( )	( )	( )

### **QUESTÕES QUE CONTEMPLAM CONCEITOS E EXIGÊNCIAS DO CPC PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS**

Em conformidade com o seu conhecimento conceitual sobre Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita, Despesa, Ganho e Perda, leia e indique com um “x” a alternativa que mais condiz com o seu entendimento atual:

08- O conceito de Ativo é:

- ( ) Ativo é o conjunto de bens e direitos de uma entidade.  
 ( ) Ativo é um recurso controlado pela entidade do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade.

09- O conceito de Passivo é:

- ( ) Simboliza a existência de uma obrigação presente para a empresa, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos.  
 ( ) Compreende basicamente as obrigações a pagar, isto é, as quantias que a empresa deve a terceiros.

10- O conceito de Patrimônio Líquido é:

- ( ) É o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.  
 ( ) É a diferença entre o valor do ativo e do passivo de uma entidade, em determinado momento.

11- O conceito de Receita é:

- ( ) Entrada de elementos para o ativo, sob forma de dinheiro ou direitos a receber, correspondentes à venda de mercadorias, de produtos ou serviços.  
 ( ) É um aumento nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido, não sendo provenientes dos proprietários.  
 ( ) É um item que se enquadra na definição de receita e representa aumentos nos benefícios econômicos. Pode ou não surgir no curso das atividades ordinárias da entidade.

12- O conceito de Despesa é:

- ( ) Utilização ou consumo de bens e serviços no processo de produzir receitas.  
 ( ) São decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou incrementos em passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido.  
 ( ) Efeito líquido desfavorável que não surge das operações normais do empreendimento.

13- O conceito de Ganho é:

- É um item que se enquadra na definição de receita e representa aumentos nos benefícios econômicos. Pode ou não surgir no curso das atividades ordinárias da entidade.
- Representa um resultado líquido favorável resultante de transações ou eventos não relacionados às operações normais do empreendimento.
- Entrada de elementos para o ativo, sob forma de dinheiro ou direitos a receber, correspondentes à venda de mercadorias, de produtos ou serviços.

14- O conceito de Perda é:

- São decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou incrementos em passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido.
- Efeito líquido desfavorável que não surge das operações normais do empreendimento.
- É um item que se enquadra na definição de despesas, representando decréscimos nos benefícios econômicos. Pode ou não surgir no curso das atividades ordinárias da empresa.

15- Quais as demonstrações que, a partir de janeiro de 2010, são obrigatórias as PMEs?

- Balanço Patrimonial ao final do período;
- Demonstração do Resultado do Período de divulgação;
- Demonstração do Resultado Abrangente do Período de divulgação;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o período de divulgação;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa para o período de divulgação;
- Notas Explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis.
- Outras

16 – Em sua opinião, os empresários verão as novas exigências contábeis como uma forma de demonstrar a entidade como um negócio saudável e competitivo tanto no Brasil quanto no exterior?

- Sim                       Não

17 – Observando um aumento considerável de serviço, em sua opinião, os empresários estão preparados para pagar honorários contábeis a altura dos diversos serviços que serão prestados para a empresa?

- Sim                       Não

18 – Em sua opinião, os empresários estão cientes sobre a responsabilidade de encaminhar ao contador as informações necessárias para elaboração da contabilidade agora exigida?

- Sim                       Não

#### **DADOS DO RESPONDENTE**

19- Gênero:

- Feminino               Masculino

20- Idade: \_\_\_\_\_

21- Qual sua formação?

- Contador                       Técnico Contábil

22- Há quanto tempo atua no mercado?

Até 5 anos                       Entre 6 anos e 10 anos                       Mais de 10 anos

23- Você já participou de algum curso a respeito desse novo CPC para PMEs?

Sim                       Não

24- Deveria haver uma quantidade maior de treinamentos, para que dessa maneira, as novas normas ficassem claras, tanto para contadores e técnicos contábeis quanto para os empresários?

Sim                       Não

## **APÊNDICE II – Questionário entregue aos funcionários das empresas contábeis**

Prezado(a) Senhor(a)

Solicitamos vossa colaboração no atendimento de nossa pesquisadora, acadêmica Ana Paula Finkler Fiuza, RG 001290355 SSP/MS, em fornecer as respostas solicitadas por meio deste questionário. As respostas fornecidas servirão de subsídio para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis, sob orientação da Professora Mestre Cristiane Mallmann Huppés, da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE, da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

### **QUESTÕES QUE CONTEMPLAM CONCEITOS E EXIGÊNCIAS DO CPC PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS**

Em conformidade com o seu conhecimento conceitual sobre Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receita, Despesa, Ganho e Perda, leia e indique com um “x” a alternativa que mais condiz com o seu entendimento atual:

01- O conceito de Ativo é:

- Ativo é o conjunto de bens e direitos de uma entidade.
- Ativo é um recurso controlado pela entidade do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade.

02- O conceito de Passivo é:

- Simboliza a existência de uma obrigação presente para a empresa, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos.
- Compreende basicamente as obrigações a pagar, isto é, as quantias que a empresa deve a terceiros.

03- O conceito de Patrimônio Líquido é:

- É o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.
- É a diferença entre o valor do ativo e do passivo de uma entidade, em determinado momento.

04- O conceito de Receita é:

- Entrada de elementos para o ativo, sob forma de dinheiro ou direitos a receber, correspondentes à venda de mercadorias, de produtos ou serviços.
- É um aumento nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido, não sendo provenientes dos proprietários.
- É um item que se enquadra na definição de receita e representa aumentos nos benefícios econômicos. Pode ou não surgir no curso das atividades ordinárias da entidade.

05- O conceito de Despesa é:

- Utilização ou consumo de bens e serviços no processo de produzir receitas.
- São decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou incrementos em passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido.
- Efeito líquido desfavorável que não surge das operações normais do empreendimento.

06- O conceito de Ganho é:

- É um item que se enquadra na definição de receita e representa aumentos nos benefícios econômicos. Pode ou não surgir no curso das atividades ordinárias da entidade.
- Representa um resultado líquido favorável resultante de transações ou eventos não relacionados às operações normais do empreendimento.
- Entrada de elementos para o ativo, sob forma de dinheiro ou direitos a receber, correspondentes à venda de mercadorias, de produtos ou serviços.

07- O conceito de Perda é:

- São decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou incrementos em passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido.
- Efeito líquido desfavorável que não surge das operações normais do empreendimento.
- É um item que se enquadra na definição de despesas, representando decréscimos nos benefícios econômicos. Pode ou não surgir no curso das atividades ordinárias da empresa.

08- Quais as demonstrações que, a partir de janeiro de 2010, são obrigatórias as PMEs?

- Balanço Patrimonial ao final do período;
- Demonstração do Resultado do Período de divulgação;
- Demonstração do Resultado Abrangente do Período de divulgação;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o período de divulgação;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa para o período de divulgação;
- Notas Explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis.
- Outras

09 – Em sua opinião, os empresários verão as novas exigências contábeis como uma forma de demonstrar a entidade como um negócio saudável e competitivo tanto no Brasil quanto no exterior?

- Sim                       Não

10 – Observando um aumento considerável de serviço, em sua opinião, os empresários estão preparados para pagar honorários contábeis a altura dos diversos serviços que serão prestados para a empresa?

- Sim                       Não

11 – Em sua opinião, os empresários estão cientes sobre a responsabilidade de encaminhar ao contador as informações necessárias para elaboração da contabilidade agora exigida?

- Sim                       Não

### **DADOS DO RESPONDENTE**

12- Gênero:

- Feminino               Masculino

13- Idade: \_\_\_\_\_

14- Qual sua formação?

- Contador                       Técnico Contábil

15- Há quanto tempo atua no mercado?

Até 5 anos                       Entre 6 anos e 10 anos                       Mais de 10 anos

16- Você já participou de algum curso a respeito desse novo CPC para PMEs?

Sim                       Não

17- Deveria haver uma quantidade maior de treinamentos, para que dessa maneira, as novas normas ficassem claras, tanto para contadores e técnicos contábeis quanto para os empresários?

Sim                       Não